



Mensal | Janeiro 2015 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 189

Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves



Autorizado pelos CTT a circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

CANDIDATO A MAIS QUATRO ANOS

Lino Maia lidera lista de comunhão na CNIS

O padre Lino Maia encabeça uma lista de candidatura à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Sendo eleito é o quarto mandato consecutivo que cumprirá à frente da mais importante organização representativa das IPSS.

Lino Maia tinha anunciado nas últimas eleições que não voltaria a candidatar-se. Reconsiderou porque pela primeira vez não terá oposição e porque, tendo conseguido alcançá-la a um patamar de reconhecimento e consideração elevado, é o dirigente mais conceituado para liderar a Confederação nos próximos quatro anos.

Nesta Grande Entrevista Lino Maia faz um balanço dos últimos tempos e apresenta as razões para esta candidatura.

As eleições para os órgãos sociais da CNIS estão marcadas para o dia 31 de janeiro de 2015, em Fátima.



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO
Momento histórico para
a solidariedade social



ESPAÇO T, PORTO
2015 é ano de
«Palcos para a Inclusão»

CRECHE DE BRAGA

Um século ao serviço
da cidade dos Arcebispos



MDV, LISBOA
Prémio Manuel António da
Mota para Projecto Família

Relatório de atividades de Dezembro

No dia 1 de Dezembro, reuniu no Porto a Direção da CNIS. Entre outros assuntos, a Direção: Decidiu promover encontros regionais de esclarecimento sobre o Decreto-lei 172-A, de 14.11.14; Fez a apreciação sobre a aplicação do o protocolo com a Fundação Alexandre Soares dos Santos; Pronunciou-se sobre o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário.

No dia 3 de Dezembro, assinalou-se o Dia Mundial das Pessoas com Deficiência sancionado pelas Nações Unidas desde 1998, efeméride que a PSP materializou, no âmbito do Programa Especial “Significativo Azul”, celebrando, em todos os distritos de Portugal mais de 160 Protocolos Locais, entre todos os Comandos da PSP e as instituições que localmente trabalham na área da deficiência e reabilitação. Esta iniciativa decorreu do protocolo nacional assinado no dia 6 de Setembro de 2013, que juntou a Polícia de Segurança Pública, a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, (FENACERCI), o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR) e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

No dia 4 de Dezembro, Eduardo Mourinha representou a CNIS na festa dos 25 anos do Centro Social paroquial de S.Bento do Cortiço.

No dia 4 de Dezembro, a União Distrital de Santarém em parceria com Segurança Social, levou a efeito o último dos 5 encontros realizados em várias zonas do distrito, sobre o tema “Encontros de Partilha”, destinadas a Educadoras Sociais e Diretoras Técnicas que trabalham com idosos.

Estiveram presentes 98 técnicas em representação de 66 Instituições.

No dia 5 de Dezembro, no Auditório S. Marcos da Misericórdia de Braga, realizou-se o seminário “Economia Social 2020”, que reuniu Misericórdias, IPSS e Mutualidades para debater as potencialidades e os desafios do próximo quadro comunitário. O presidente da CNIS, Pe. Lino Maia, foi um dos oradores do painel “A importância e a Diversidade da Economia Social em Portugal”.

No dia 5 de Dezembro, Joaquim Vale, em representação da CNIS, participou na

abertura do II seminário “Um Novo Olhar sobre a Deficiência e/ou doença mental”, inserido num vasto conjunto de atividades: seminário, exposição, desporto, atividades recreativas, sociais, etc, que abordaram esta temática, promovido pela Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinho em colaboração com a Junta da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova.

No dia 9 de Dezembro, Jose Casaleiro e Filomena Bordalo, em representação da CNIS, participaram na reunião do Grupo que analisa a legislação sobre as respostas sociais, tendo aprovado o documento do CAO, e reanalisado o documento sobre os Centros de Acolhimento Temporário.

No dia 11 de Dezembro, José Casaleiro participou na reunião da Fundação Inatel, tendo sido aprovado o plano de actividades e o orçamento para 2015 e ainda o regulamento do conselho consultivo.

No dia 14 de Dezembro, o Movimento de Defesa da Vida (MDV) venceu o Prémio Manuel António da Mota, tendo o júri reconhecido o Projecto Família desenvolvido no acompanhamento de famílias com crianças e jovens em risco. O MDV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundada em 1977 que, actuando em todo o território nacional, luta pela defesa dos direitos humanos e pela afirmação dos valores éticos fundamentais, promovendo a dignidade da pessoa humana em todas as suas dimensões e defendendo a unidade familiar.

No dia 15 de Dezembro, em Baião, realizou-se num ambiente festivo e de comunhão, o almoço do Natal entre funcionários, assessores, colaboradores e dirigentes da CNIS.

No dia 16 de Dezembro, decorreu a cerimónia de assinatura do Compromisso de Cooperação do Sector Social e Solidário, na residência oficial do Senhor Primeiro-Ministro, que contou com a presença dos ministros da Educação e Ciência, Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Na sua intervenção o presidente da CNIS apontou que “o Estado não tem que fazer tudo e dar tudo, mas que para que dê o que lhe compete e ninguém fique para trás, tem de assegurar que tudo seja feito para que a ninguém falte aquilo de que precisa” e

sustentou que “somos testemunhas presenciais de um acontecimento que marca um antes e um depois” na cooperação entre o Estado e o Setor Solidário. Eleutério Alves, José Casaleiro, Eduardo Mourinha, Lurdes Pombo e César Fatela, dos órgãos sociais da CNIS), Henrique Rodrigues e Goreti Teixeira (assessores), e ainda Pe. José Baptista e José Batalha (presidentes das UDIPSS-Porto e Lisboa), também estiveram presentes na cerimónia.

No dia 18 de Dezembro no Ministério da Saúde, realizou-se uma reunião da Equipa de Acompanhamento ao abrigo do Despacho 1981/2014, composta por representantes do Ministério da Solidariedade, CNIS e Misericórdias para tratar de assuntos relacionados com os Cuidados Continuados. A CNIS fez-se representar por Joaquim Vale.

No dia 18 de Dezembro, o Conselho de Ministros aprovou a atribuição de 3,5 milhões de euros para reforço do financiamento do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS). O FRSS tem como objetivo fortalecer a atuação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas no desenvolvimento de respostas e programas, potenciadores da economia social, através do acesso criterioso a instrumentos de reestruturação financeira que permitam o equilíbrio e a sustentabilidade económica dessas entidades.

No dia 19 de Dezembro, a Segurança Social anunciou que vai celebrar, ainda este mês, 33 novos acordos de cooperação com instituições de solidariedade, um investimento total de mais de 6,1 milhões de euros que permitirá apoiar 1.160 crianças e adultos com deficiência. Em comunicado, o Instituto da Segurança Social (ISS) adianta que os acordos de cooperação com IPSS reforçam o apoio na área da deficiência, “com um investimento, em 2015, de 5 milhões e 650 mil euros e, ainda em 2014, mais de meio milhão de euros”, sendo que oito dos acordos de cooperação inserem-se no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce e permitirão o reforço dos apoios a mais cerca de 600 crianças dos zero aos seis anos de idade, e respetivas famílias. “Estes acordos representam um investimento, em 2015, de

cerca de um milhão de euros e, ainda este ano, de cerca de 80 mil euros”, sublinha-se no comunicado. Já na área do apoio à deficiência de pessoas adultas serão celebrados 25 novos acordos de cooperação, aos quais acresce a revisão em alta de 45 acordos, permitindo o alargamento dos apoios a mais 560 adultos. Entre os novos acordos e a revisão de acordos já existentes, o investimento nos apoios à deficiência para pessoas adultas representará, em 2015, cerca de 4 milhões e 650 mil euros e, ainda em 2014, cerca de 450 mil euros.

No dia 20 de Dezembro, realizou-se, nas instalações da “Casa da Mutualidade” da Previdência Portuguesa – Associação Mutualista, em Coimbra, a Assembleia Geral Ordinária para a Eleição dos Órgãos Associativos da União das Mutualidades Portuguesas para o triénio 2015-2017, tendo saído vencedora a Lista A com 41 votos. A Lista B obteve 25 votos, tendo-se verificado 1 voto nulo. De um total de 76 associadas votaram 70, tendo sido considerados 67 votos válidos. Na sequência da homologação dos resultados, a Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral deu posse aos novos órgãos associativos, liderada pela Associação A Familiar de Grijó - Associação Mutualista, presidida por Luís Alberto Silva.

No dia 23 de Dezembro, o Conselho de Ministros aprovou a orgânica do Conselho Nacional de Educação (CNE), definindo a sua missão, composição e o seu modo de funcionamento. As alterações na composição CNE visam a participação de entidades atualmente sem representação ou com défice de representatividade, na área da educação especial, das sociedades científicas, do desporto e das comunidades portuguesas no mundo e das comunidades de imigrantes. É introduzida a figura do parecer prévio obrigatório por parte do CNE sobre os projetos e propostas de lei que visem proceder à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo. Por outro lado, os novos desafios do sistema educativo exigem o reforço e a valorização da vertente técnica e científica na ação do CNE, assumindo particular importância a definição do perfil do secretário-geral do CNE, como uma personalidade com experiência na área da educação.



E siga-nos também em:

www.solidariedade.pt

facebook



www.facebook.com/jornal.solidariedade



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Compromisso de cooperação

1. Depois da aprovação da Lei de Bases da Economia Social que, formalmente, veio habilitar as entidades da economia social com os instrumentos necessários para desenvolverem um conjunto de outras iniciativas, este novo ano inicia-se com um Compromisso de Cooperação bienal que abrange as áreas da educação, formação profissional, saúde e segurança social.

O Compromisso insere-se no espírito de aprofundamento das relações do setor solidário com o Estado, sendo que, para melhor servir os portugueses, a sua marca indelével consiste no facto de, para além da tradicional cooperação com o Ministério do Emprego e Segurança Social, ter sido possível, pela primeira vez, envolver os Ministérios da Educação e da Ciência e da Saúde.

Reforçado o peso do setor solidário, com o Compromisso é acrescida a conceção de um Estado/parceiro, que confia nas instituições de solidariedade e no trabalho de proximidade que estas desenvolvem, invertendo a política de índole tutelar e de distanciamento que até então tinha vingado. Só foi possível alcançar pelo simples facto de se ter entendido o relevante papel que, ao longo dos tempos, o setor solidário tem assumido no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais em todo o território.

É mais um passo dado numa viagem sem retorno.

2. Em 2013, apenas 1% dos proprietários de equipamentos sociais eram entidades oficiais (ou seja, Estado), contra 1,4% em 2010. Praticamente todos os diferentes serviços sociais estão nas mãos de 5.400 entidades proprietárias, 33% do setor lucrativo e 67% do não-lucrativo (instituições particulares de solidariedade social).

Quando se fala de Instituições de Solidariedade, fala-se de um setor solidário que não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de



Foto: D.R.

elevado relevo, junto das comunidades em que as instituições estão inseridas. Fala-se ainda de entidades espalhadas por todo o território, que são um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se, assim, num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social.

Quando se fala de equipamentos sociais, fala-se de respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, de apoio domiciliário, de cantinas sociais, de casas abrigo, de centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, de comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), creches, cuidados continuados integrados, estruturas residenciais para pessoas idosas, jardins de infância, lares (nomeadamente de infância e juventude), serviços de apoio domiciliário... Na área da deficiência, quase tudo o que

se faz entre nós, que é muito e é muito bom, é da responsabilidade direta destas Instituições.

Quando se fala de respostas sociais, fala-se de uma comunidade que se envolve e não se desmobiliza e que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros sectores tradicionais da economia e com outras sociedades. Desenvolvimento local, emprego, educação, proteção social e saúde. Refere-se uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, os que vivem situações de maior fragilidade social. Uma economia das pessoas e para as pessoas.

São mais de 460 mil portugueses apoiados nestas Instituições de Solidariedade. Os seus custos de funcionamento são suportados pelas participações dos utentes, pela filantropia da comunidade, pela generosidade dos dirigentes e pelos acordos de cooperação com o Estado (no total, cerca de 1.200 milhões de euros por ano, que representando cerca de 42% dos seus custos, é bem menos do que se fosse o próprio

Estado a desenvolver diretamente as mesmas ações).

3. Desde sempre e na generalidade do território nacional, o que tem levado as comunidades a organizarem-se nesta economia solidária com permanente engenho e entusiasmante arte, fundamentalmente, é a procura de um futuro melhor para todos. Também pela via da erradicação da pobreza, tanto nas suas causas como nas suas manifestações. São esses, aliás, alguns dos verdadeiros objetivos constituintes das Instituições de Solidariedade que muito e muito bem têm feito pela sorte de muitas e de muitos portugueses.

Melhor que ninguém, as Instituições de Solidariedade têm uma filosofia e sabem que a boa ventura de cada um e de todos passa, também, pela assunção de princípios como os da destinação universal dos bens, da subsidiariedade e da solidariedade. Para elas, os bens são bem quando estão ao serviço do bem da pessoa toda e do maior número possível de pessoas, sem que ninguém fique para trás.

Sendo expressão visível da subsidiariedade, na riqueza da pluralidade, as Instituições de Solidariedade consideram o próximo e todos de quem se aproximam não como um problema mas como possíveis sujeitos e protagonistas de um futuro novo e mais humano para todo o mundo. Melhor que ninguém, elas sabem que a solidariedade é a assunção da responsabilidade de cada um por todos e de todos por cada um, em ordem à plenitude de cada um e de todos.

Quando (sempre) as Instituições de Solidariedade promovem direitos sociais, privilegiando os mais carenciados que não são os próprios promotores, estão a prestar serviço público enquanto geram bens públicos.

Por isso mesmo, o regime fiscal a que estão sujeitas tem de ser bem diferente do regime do setor lucrativo.

O estabelecimento de um enquadramento legal com uma lei de bases da cooperação deverá ser o próximo passo. Passo necessário e adequado.

2015-2016

Compromisso de Cooperação

O Compromisso de Cooperação 2015-2016 está dividido nas seguintes áreas estratégicas: Segurança Social e Formação Profissional; Saúde e Educação; Reforço de 50 M€ no orçamento da Segurança Social em modo a priorizar a contratualização de um conjunto de equipamentos sociais construídos ao abrigo do POPH, dando-se prioridade às respostas sociais dedicadas à deficiência, à intervenção precoce, bem como à atualização das participações financeiras dos acordos já existentes.

Em sede de CNAAPAC, até ao final do primeiro semestre de 2015, deve ser apresentada uma proposta de reestruturação da resposta social LIJ, ponderando as conclusões apresentadas no âmbito da Agenda da Criança e do trabalho que está a ser desenvolvido pelas duas Comissões em funcionamento, criadas por via do despacho nº 1187/2014, de 17 de janeiro.

Criação de um novo modelo de resposta social: o alojamento social de emergência que altera radicalmente o paradigma de resposta da segurança social em situações de emergência, proporcionando às famílias que, por vicissitudes diversas, se encontrem temporariamente em situação de desproteção social, uma maior dignidade, conforto e apoio social, de modo a que rapidamente sejam encontradas as soluções adequadas para a sua autonomização e integração social, podendo, para este efeito, ser celebrados protocolos nesta nova área de intervenção;

Portugal 2020: o setor social e solidário será chamado a ser parte integrante na definição e gestão deste eixo, quer a nível central, quer a nível regional. Procurar-se-á, dessa forma, que o setor social e solidário dê um precioso contributo na definição da rede de respostas sociais e na requalificação das já existentes,

Para a área da saúde é definido como

objetivo estratégico a abertura de unidades pertencentes ao setor social e solidário, ao longo dos anos de 2015 e 2016 e que foram alvo de financiamento comunitário e ainda no que toca ao transporte de doentes, o Ministério da Saúde permitirá o igual acesso a este serviço entre os diferentes operadores;

O valor da participação financeira para o SAD, pressupõe a prestação de quatro dos cuidados e serviços previstos nº 3 do artigo 4º da Portaria 38/2013, de 30 de janeiro. Quando coexistam, ao abrigo do mesmo acordo de cooperação, utentes que não necessitam de quatro dos serviços, e outros utentes que usufruam mais do que quatro serviços, não haverá lugar a uma redução da participação financeira da segurança social desde que se verifique um equilíbrio global, quer quanto ao número de serviços prestados, quer quanto à frequência dos mesmos;

A partir do ano de 2015, a resposta cantina social é substituída por uma modalidade das medidas que integram o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), para 2014-2020;

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados: é assegurada a abertura de unidades pertencentes ao sector social e solidário, ao longo dos anos 2015 e 2016, e que tenham sido alvo de financiamento comunitário, com especial relevância para as áreas de cuidados continuados dirigidos à Saúde Mental e Cuidados Paliativos;

Pré-escolar: estabelecem-se prazos para a regularização dos processos de candidatura e pagamentos.

Educação Especial: o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, com efeitos a partir de 2012, é igualmente aplicável aos alunos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio, pelo que

COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DA SEGURANÇA SOCIAL, UTENTE/ MÊS PARA 2015

Resposta Social	Valor €	
Creche	250,33	
Creche Familiar	1ª e 2ª criança em ama	187,80
	3ª e 4ª criança em ama	210,35
	Apenas 1 criança em ama e esta for deficiente	375,61
	Mais de 1 criança em ama sendo uma delas com deficiência	420,68
Centro de atividades de Tempos Livres	Funcionamento clássico com almoço	80,51
	Funcionamento clássico sem almoço	64,56
	Extensões de horário e interrupções letivas com almoço	67,46
	Extensões de horário e interrupções letivas sem almoço	42,88
Lar de Infância e Juventude	700,00	
Lar de Apoio	697,06	
Centro de atividades ocupacionais	492,63	
Lar residencial	971,62	
Estrutura residencial para pessoas Idosas	362,49	
Centro de dia	107,04	
Centro de convívio	52,07	
Apoio domiciliário	246,46	
Centro de noite	259,29	
Centro de Apoio à Vida	Atendimento	129,83
	Atendimento e Acolhimento	512,89

A COMPARTICIPAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, FAMÍLIA/MÊS, PARA 2015

Resposta Social	Valor €	
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Preservação familiar	120€
	Reunificação familiar	200€
	Ponto de encontro familiar	190€

A COMPARTICIPAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, UTENTE/MÊS, RESPEITANTE A ACORDOS DE COOPERAÇÃO CELEBRADOS AO ABRIGO DA DIFERENCIAÇÃO POSITIVA

Resposta Social	Valor €	
Creche	Isolada	220,78
	Acoplada	182,36
Estrutura Residencial para pessoas idosas	0<dependentes <20%	452,48
	20%<dependentes 40%	481,60
	40%<dependentes 60%	562,15
	60%<dependentes 80%	621,00
	Dependentes>80%	640,19

importa salvaguardar o conveniente processo de transição dos jovens com 18 anos ou mais que terminem o seu percurso escolar, com necessidades educativas

especiais de caráter permanente, tendo em vista preparar o seu encaminhamento para respostas de continuidade ajustadas ao seu perfil e aptidões.

SEGURANÇA SOCIAL

Mais crianças sem abono de família

Mais de 1.700 crianças e jovens perderam o direito ao abono de família entre outubro e novembro, mês em que foram registados 1.143.154 beneficiários, revelam dados do Instituto da Segurança Social (ISS).

Os dados da Segurança Social, atualizados a 02 de janeiro, indicam uma ligeira quebra de 0,15% no número de

beneficiários desta prestação social face a outubro, mês em que foi atribuída a 1.144.922 crianças e jovens.

Comparando com o mês homólogo do ano passado, em que foram registados 1.183.928 beneficiários, a quebra foi mais acentuada, com 40.774 crianças e jovens a perderem o direito ao abono de família em novembro (3,44%).

O Porto é a região do país com o maior número de abonos de família atribuídos (227.585), seguindo-se Lisboa (227.585) e Braga (104.888), referem os dados publicados no 'site' do ISS.

Relativamente ao número de crianças e jovens que pediram para receber abono de família, o número chega aos 781.525 em novembro, menos 1.790 do que em

outubro e menos 19.419 face a novembro de 2013.

O montante do abono de família varia de acordo com a idade da criança ou jovem e com o nível de rendimentos de referência do respetivo agregado familiar.

O valor apurado insere-se em escalões de rendimentos estabelecidos com base no Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

DIRIGENTES DE TODO O PAÍS

Almoço de Natal da CNIS em Baião



O almoço de Natal da CNIS, que teve lugar em Baião, juntou dirigentes de todo o país. Perto de 30 pessoas entre funcionários, assessores, colaboradores e dirigentes confraternizaram, em ambiente descontraído, no restaurante “Tasquinha do fumo”, situado em plena serra da Aboboreira.

A concentração ocorreu no Porto onde um mini-autocarro recolheu os convidados e os transportou até ao concelho mais interior do distrito do Porto. Foi uma viagem agradável, num dia frio de sol, que durou uma hora até ao lugar de Almofrela,

Campelo, Baião.

Do almoço propriamente dito só sobram os elogios às iguarias locais bem preparadas e servidas pela familiar equipa do restaurante. Da conversa, sobejou a curta intervenção do padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, que enalteceu o espírito de “verdadeira comunhão” que perdura na equipa que liderou durante os três anos do mandato que está prestes a terminar. E, claro serviu sobretudo para desejar a todos um Feliz Natal, umas Boas Festas e um bom 2015.



UIPSS-BRAGANÇA

Eleitos novos corpos sociais

No dia 13 de Dezembro, decorreu o ato eleitoral para os órgãos sociais da UIPSS de Bragança, tendo-se apresentado a sufrágio apenas uma lista. Votaram 24 IPSS associadas.

Para o quadriénio 2015-2018, ficam assim constituídos os órgãos sociais da UIPSSDB:

– Centro Socail Paroquial Stº António, Coelhoso; Jorge António de Almeida – Centro Social Paroquial de Mogos

Vogais Suplentes: Lucinda João Afonso Carpinteiro – Centro Social P.Felgueiras; Duarte Augusto Gonçalves – Fundação Betânia

Assembleia Geral: Presidente: Fernando Licínio Alves Fontoura – Centro Social Paroquial de Izeda
Secretário: Beatriz de Lurdes Fernandes – Cáritas Diocesana
Secretário: Cândida Maria Silva – Centro Social Sagrado Coração de Jesus

Direção: Presidente: Paula Cristina Fernandes Pimentel – Obra Kolping
Presidente Adjunto: Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo – APADI

Secretário: José Leonel Branco Afonso – C.S.P Stº Condestável

Tesoureiro: Paulo Amílcar Lourenço Pimparel – C.S.P. S. Mamede Agrochão

Vogais: Amélia do Nascimento Morais – Centro Social S Nª Srª Fátima;

Telmo Rodrigo Abreu Mesquita – Centro Social Paroquial. de Cerejais; Manuel António Chumbo – Obra Pe. Miguel

Conselho Fiscal: Presidente: Alcídio Augusto Castanheira – ASMAB
Vogais: Álvaro Manuel Cordeiro



CONVOCATÓRIA DO VI CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Nos termos das disposições combinadas dos artigos 27º alínea b), 28º, 32º e 36º dos Estatutos, convoco, as associadas da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a reunirem em Assembleia Geral sob a forma de Congresso, em Fátima, no Seminário do Verbo Divino, no dia 31 de Janeiro de 2015, em primeira convocatória, pelas 10h00, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

10h00 - Abertura do Congresso
11h00 - 15h00 - Acto Eleitoral
15h00 - 16h30 - Apuramento do Acto Eleitoral
17h00 - Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais e Encerramento do Congresso

Se à hora da primeira convocatória não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h15 (dez horas e quinze minutos), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do Artigo 31º, dos Estatutos da CNIS.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 23 de Dezembro de 2014

Momento histórico para o Setor Social e Solidário



Momento histórico nas relações entre o Estado e o Setor Social e Solidário é como a CNIS considera a formalização do acordo de cooperação entre o Estado e as três organizações da solidariedade social, pela primeira vez extensível às áreas da Saúde e da Educação.

“Somos testemunhas presenciais de um acontecimento que marca um antes e um depois” na cooperação entre o Estado e o Setor Solidário, sustentou o presidente da CNIS na cerimónia de assinatura do Compromisso de Cooperação 2015/2016, nova denominação do protocolo global assinado entre os ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), da Saúde (MS) e da Educação e Ciência (MEC) e a CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades.

Sob a égide do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, os representantes do Governo e os das organizações do Setor Solidário firmaram, em pleno Palácio de S. Bento, o novo Compromisso de Cooperação cuja grande novidade é integrar o MS e o MEC.

Esta era uma aspiração antiga do Setor Solidário e o padre Lino Maia não o escondeu. “Um antes com uma experiência

crescentemente exemplar e dinâmica e depois um futuro de envolvimento que antevemos próspero e em que todos serão construtores e cada um e todos beneficiados”, sustentou ao justificar o “acontecimento que marca um antes e um depois”.

“A experiência de uma cooperação em benefício da nação é agora alargada a outros dois ministérios eminentemente sociais: o da Educação e o da Saúde”, sublinhou o líder da CNIS, para quem “o futuro encarregar-se-á de reconhecer a importância determinante deste novo passo dado na articulação entre o Estado, que controla e administra, e a sociedade, que, globalmente, tem de ser inserida num esforço coletivo pelo bem comum”.

Tal como os demais representantes do Setor Solidário que usaram da palavra, o padre Lino Maia realçou o “conhecimento do setor social e solidário” e o “empenhamento pessoal e determinado” do primeiro-ministro “fundamentais e notoriamente exemplares” para a concretização do protocolo global em que a participação dos três ministros e seus secretários de Estado deram também à “data o seu carácter histórico e indelével”.

Na fase final da sua intervenção, o



presidente da CNIS marcou bem as diferenças entre o que hoje é a Economia Social, “que se foi institucionalizando”, e a Economia Solidária, que foi ficando com “as iniciativas mais espontâneas, inovadoras e democráticas, mais difíceis de enquadrar institucionalmente”, para afirmar que “o regime fiscal a que [as IPSS] estão sujeitas tem que ser bem diferente do do setor lucrativo”.

Para isso, segundo o padre Lino Maia, “o estabelecimento de um enquadramento legal com uma lei de bases da cooperação deverá ser o próximo passo”... “necessário e certo!”

Pelo Governo, Pedro Mota Soares recorreu ao reforço de 50 milhões de euros inscritos

no Orçamento de Estado para o próximo ano para os acordos de cooperação e revelou que o Compromisso de Cooperação prevê a alocação das vagas nas IPSS da Segurança Social para o chamado “Alojamento Social de Emergência”. Ou seja, aqueles casos que muitas vezes eram encaminhados para pensões e hotéis passam agora a ser enviados para as vagas da Segurança Social prevista nos acordos com as IPSS.

Por outro lado, o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social anunciou ainda a verba de 180 milhões de euros no âmbito do antigo PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados), agora FEAC (Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados),

PREÂMBULO

No preâmbulo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário pode ler-se:

O presente Compromisso de Cooperação visa estender e reforçar a visão de uma parceria público-social, a qual tem permitido o desenvolvimento de novos modelos de respostas sociais, em Portugal.

À semelhança dos protocolos celebrados em 2011 e depois em 2013, o presente Compromisso de Cooperação volta a dar corpo ao que tem sido a política adotada, neste âmbito e que consiste na concepção de um Estado parceiro, cooperante e que confia nas instituições sociais e no trabalho de proximidade que desenvolvem, invertendo a política de índole tutelar e de distanciamento que até então tinha vingado.

Assim e pela terceira vez, o Governo português volta a estreitar os laços de cooperação com o Setor Social e Solidário, por via da assinatura do Compromisso de Cooperação bienal 2015-2016, aprofundando e concretizando as bases gerais do regime jurídico da Economia Social, já devidamente reconhecido, através da aprovação unânime pelo Parlamento da Lei de Bases da Economia Social, Lei n.º 30/2013, de 8 de maio.

A Lei de Bases da Economia Social veio habilitar, formalmente, as entidades da Economia Social dos instrumentos necessários para desenvolverem um conjunto de outras iniciativas, para além das suas áreas tradicionais de atuação, fomentando a inovação e o empreendedorismo, reforçando o potencial de crescimento do País e contribuindo para o reforço da coesão

social.

Na sequência da Lei de Bases da Economia Social, o Governo, em estreita colaboração com os parceiros sociais, nomeadamente no quadro do Conselho Nacional para a Economia Social, tomou a iniciativa de revisão do quadro legal das entidades do Setor Social e Solidário – o Código Cooperativo, o Código das Mutualidades e o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (este já publicado e em vigor) – com o propósito, precisamente, de adequação da legislação vigente, atualização do seu enquadramento às exigências atuais e capacitação do setor para os desafios vindouros.

A Economia Social tem de ser entendida como sendo das pessoas e para as pessoas, com total respeito pelas comunidades, na medida em que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, quando comparada com os outros setores tradicionais da economia.

Todavia, apesar da importância que este setor da Economia Social possui, o mesmo não era devidamente reconhecido e valorizado, pelo facto de não existirem dados estatísticos rigorosos e certificados que medissem a sua relevância. O Governo, por via de uma iniciativa inovadora a nível internacional, avançou com a Conta Satélite da Economia Social que, pela primeira vez, retrata o peso real deste setor na economia portuguesa.

Por esse facto, hoje sabemos que, em 2010, a Economia Social era composta por mais



que a União Europeia atribuiu a Portugal para o ano de 2015.

Por seu turno, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, destacou o “investimento do Estado no SNS” e mostrou-se confiante de que a cooperação com o Setor Solidário possa “retirar dos hospitais os casos que não são hospitalares”.

Já Nuno Crato, titular do ministério com o qual historicamente o Setor Solidário mais dificuldades tem tido em chegar a consensos,

disse estar interessado em conjugar esforços ao nível da oferta no Pré-escolar e no Ensino Especial.

“Essa conjugação de esforços vai permitir que os mesmos recursos e outros recursos que se juntem possam chegar a mais crianças e chegar de uma forma mais racional, de uma forma mais distribuída, numa rede mais coordenada”, adiantou o ministro da Educação e Ciência.

Reforçando a ideia plasmada pelo

padre Lino Maia, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, considerou que a implementação das políticas sociais “nunca mais será a mesma” a partir da assinatura do Compromisso de Cooperação, relevando que se tenha conseguido “em tão pouco tempo” alcançar um consenso tão alargado.

Por seu lado, o presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, apontou que foi elevado o patamar para com

a sociedade e de responsabilidade para com todos os parceiros sociais.

A cerimónia foi presenciada pelos secretários de Estado dos três ministérios signatários e ainda por muitos elementos das Direções da CNIS e das uniões das Misericórdias e das Mutualidades, entre outros, com destaque para a presença dos presidentes das UDIPSS de Lisboa e do Porto.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



de 55 mil organizações, empregava 227 mil pessoas, era responsável por 5,5 % do emprego remunerado nacional, bem como por 2,8 % do Valor Acrescentado Bruto; demonstrando, desta feita, que estamos perante um setor de importância estratégica inegável, a par com outros setores tradicionais da nossa economia. Sendo que, deste universo, mais de quatro mil organizações pertencem ao Setor Social e Solidário.

Mas este, ao longo destas últimas décadas, não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas.

As entidades do Setor Social e Solidário, espalhadas por todo o território, são um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se, assim, num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social.

Nesse sentido, o Governo está também a reforçar os laços de parceria e de confiança com o Setor Social e Solidário, nomeadamente por via da criação da Rede Local de Intervenção Social, cujos primeiros projetos-piloto já estão a ser concretizados, a qual vem aprofundar a ação das entidades do Setor Social que, pela sua proximidade, têm um conhecimento mais aprofundado das reais necessidades da população, em cada território.

Porém, a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS não se encerra, apenas, no setor da segurança social, abrangendo, igualmente, outros domínios, como a saúde, a educação ou ainda outras áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias não encontrariam apoio e resposta nas tradicionais instituições estaduais.

O presente Compromisso de Cooperação é mais um dos muitos exemplos que têm sido dados pelo Governo, no sentido do aprofundamento das relações com o setor social e solidário, sendo que a sua marca indelével consiste no facto de, pela primeira vez, ter sido possível envolver outros setores da governação, como é o caso dos Ministérios da Educação e da Ciência e da Saúde, neste compromisso comum de melhor servir os portugueses.

O amplo compromisso que se encontra refletido neste Compromisso de Cooperação só foi possível alcançar pelo simples facto de se ter entendido o relevante papel que, ao longo dos tempos, o Setor Social e Solidário, representado pelas Misericórdias, Instituições de Solidariedade Social e Mutualidades, tem assumido no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais em todo o território, como parceiro do Estado.

A atual perspectiva de visão do Setor Social e Solidário é a mais reveladora de uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, os que vivem situações de maior fragilidade social.

CECAJUVI, BAIÃO

Centro de Noite inaugurado

O concelho de Baião conta desde o último mês de dezembro com um Centro de Noite, resposta social inovadora em Portugal e que os responsáveis políticos presentes consideraram de grande futuro.

A pioneira valência da CECAJUVI, IPSS sedeadada na freguesia de Santa Leocádia, tem capacidade para sete utentes e pretende abranger um universo de pessoas muito mais alargado do que aquele das que já gravitam em torno da instituição nas suas respostas de SAD e Centro de Dia.

Perante uma plateia que incluía os presidentes das demais IPSS de Baião, o presidente da CECAJUVI, Victor Pinto, relevou a importância do carácter abrangente do novo Centro de Noite: “Queremos que o Centro de Noite do CECAJUVI seja o Centro de Noite

de Baião”.

Agostinho Branquinho, secretário de Estado da Segurança Social, destacou o fim da atipicidade da resposta social de Centro de Noite, que “passou a ser uma resposta típica”, algo que segue a política do governo em atribuir novas competências às instituições que estão no terreno.

Já para José Luís Carneiro, presidente da Câmara Municipal de Baião, “os Centros de Noite, enquanto estrutura que disponibiliza apoio humano noturno, nomeadamente em termos de higiene pessoal, repouso e até de enfermagem e médico, constituem uma resposta muito importante”.

O edil lembrou que “em regra, os idosos que vivem no mundo rural”, indivíduos “profundamente enraizados nesse chão”, pelo



que “retirá-los destes locais e levá-los para um lar, institucionalizando-os fora do seu habitat é subtrair-lhes anos de vida”. Daí a importância para José Luís Carneiro de uma resposta como a de Centro de Noite num território como o de Baião, quando “o período noturno, nomeadamente durante o Outono e o Inverno, se torna ainda mais difícil para quem vive só e

já com idade avançada”.

O Centro de Noite está preparado para receber sete utentes e teve um investimento no valor de 75 mil euros (50 mil atribuídos pela Câmara Municipal de Baião, mais de 15 mil euros, atribuídos pela Dolmen através do PRODER e o remanescente assegurado pelo CECAJUVI).

SAÚDE

Admissão em lares de dezenas de idosos internados sem alta social é prioridade

O Ministério da Saúde anunciou que está a dar prioridade à transferência de idosos internados para lares, como forma de libertar camas nos hospitais, revelando que existem dezenas de casos com alta, mas sem terem para onde ir.

O secretário de Estado adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, disse que a libertação dessas camas é uma das medidas previstas para dar resposta a um possível aumento da atividade gripal e de casos de infeção respiratória.

Fernando Leal da Costa avançou que alguns hospitais relataram a existência de uma ou duas dezenas de casos, dependendo da sua localização. “Nos hospitais que visitámos, encontramos um número que varia entre uma e duas dezenas, dependendo da dimensão do hospital e do local onde se situa”, afirmou.

Além da questão da ocupação de camas nos hospitais, que podem ser necessárias para doentes, designadamente em consequência da esperada atividade gripal deste inverno, Leal da Costa sublinhou a vulnerabilidade a novas infeções de um idoso que está internado num hospital já com alta clínica.

Para dar resposta a esta problemática, o Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social estão a articular-se para acelerar a prioridade de admissão de idosos nos lares, tendo assinado um protocolo com esse objetivo.

Na altura, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, anunciou que irá “apoiar a abertura

de novas unidades pertencentes ao setor social e solidário”, assim como garantir a manutenção e assistência de vagas em estabelecimentos residenciais para pessoas idosas, para retorno ou primeira residência de quem está internado no Serviço Nacional de Saúde.

Segundo Paulo Macedo, é ambição deste Governo resolver os casos sociais que estão nos hospitais, já que existe estrutura, capacidade e vontade.

O Ministério da Saúde revelou ainda ter pedido um levantamento de todos os lares existentes e da respetiva cobertura vacinal, assim como dos cuidados médicos e de enfermagem que prestam.

O plano de prevenção da Direção-Geral da Saúde revela que as coberturas vacinais nos lares rondam os 90%, “um indicador que é motivo de orgulho, por se tratar de pessoas triplamente frágeis: são idosas, mais vulneráveis e estão em lugares confinados”, explicou a subdiretora-geral da Saúde, Graça Freitas.

O Ministério da Saúde adquiriu este ano mais de um milhão de doses de vacina contra a gripe, num investimento de cerca de quatro milhões de euros, estimando-se que se tenham vacinado 60% dos idosos.

Graça Freitas sublinhou que as resistências que ainda existem à vacinação se prendem com o alegado receio dos efeitos secundários e lamentou esta “inversão da perceção do risco”. “As pessoas devem ter medo da gripe, porque poderá dar complicações e dar morte, enquanto a vacina é segura e eficaz”, sublinhou.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Novos acordos de cooperação fortalecem rede solidária e país

Cerca de 370 acordos de cooperação foram assinados em Fátima entre a Segurança Social e as instituições de solidariedade, representando mais de 4.250 vagas comparticipadas. O ministro da Solidariedade afirmou que a celebração de novos acordos de cooperação com instituições sociais fortalece a rede solidária e o país, e consolida “o elo de ligação entre o Estado” e estas entidades. “Com a celebração destes novos acordos fortalecemos a rede solidária a nível nacional e, com isso, fortalecemos Portugal”, disse Pedro Mota Soares, em Fátima, concelho de Ourém, distrito de Santarém, na cerimónia de assinatura de novos acordos de cooperação entre o Instituto de Segurança Social e instituições sociais. “É um investimento de mais de um milhão e setecentos mil euros ainda este ano de 2014 e de mais de 14 milhões de euros em 2015, garantindo que,

ao longo de todo o ano, a comparticipação apoia quem apoia as famílias portuguesas, quem apoia os portugueses que mais precisam de uma ajuda”, destacou o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Perante dezenas de representantes de instituições sociais, Pedro Mota Soares referiu que agora que se inicia

“um novo ciclo económico”, em que “a economia e o emprego dão sinais de crescimento”, é tempo “de preparar o futuro e garantir” que não se regressa ao passado.

“O que fizemos num período muito difícil, num período de emergência, fizemo-lo com as instituições sociais. O que faremos num período de crescimento será, também, com as instituições sociais”, garantiu, assegurando que o Governo continuará “a edificar um pleno Estado social de parceria”.

Notando que o executivo de coligação PSD/CDS-PP foi o que “mais contratualizou com as instituições sociais” e com “execuções financeiras exemplares”, o governante apontou que “em 2011 existiam pouco mais de 12.700 acordos de cooperação, em 2014, passados menos de três anos”, atingiu-se os 13.000. “Isto traduz-se hoje numa comparticipação de vagas a 460 mil portugueses, muitos deles idosos, muitas delas crianças, muitas deles pessoas com deficiência, muitos deles portugueses que precisam efetivamente do ponto de vista da resposta social de um apoio prioritário, de um apoio humano, de um apoio que as instituições sociais conseguem prestar em condições melhores que o próprio Estado”, assinalou.

CUIDADO COM A GRIPE

Maioria das vacinas já terá sido administrada

Mais de 80% das vacinas contra a gripe gratuitas, disponíveis no Serviço Nacional de Saúde, já terão sido administradas, segundo estimativas divulgadas pela Direção-geral da Saúde (DGS).

Até à última semana de 2014, a DGS estima que tenham sido administradas gratuitamente 910 mil doses da vacina contra a gripe, que começou a ser dada em outubro, contando as que são administradas nos centros de saúde, mas também em lares ou unidades de cuidados continuados.

Nesta época vacinal, à semelhança do que aconteceu em anteriores, as pessoas com mais de 65 anos podem levar gratuitamente a vacina nos centros de saúde, sem necessidade de receita médica ou guia de tratamento, nem de pagamento de taxa moderadora.

A DGS calcula que 60% da população com mais de 65 anos já tenha sido vacinada e avisa que quem ainda não recebeu

a vacina pode continuar a procurá-la em qualquer centro de saúde.

Para esta época vacinal, Portugal dispôs de perto de dois milhões de vacinas contra a gripe, entre as que são gratuitas no Serviço Nacional de Saúde e as que podem ser compradas nas farmácias, mediante receita médica e com comparticipação.

Os grupos alvo prioritários da vacina da gripe são as pessoas com mais de 65 anos, doentes crónicos e imunodeprimidos a partir dos seis meses de idade, grávidas e profissionais de saúde ou prestadores de cuidados em lares de idosos.

Embora não sendo um grupo prioritário, a vacina é também recomendada para quem tem entre 60 e 64 anos.

Além dos idosos, a vacina é gratuita no Serviço Nacional de Saúde também para os residentes em lares da segurança social, das misericórdias e das instituições



particulares de solidariedade, bem como para os doentes na rede de cuidados continuados integrados.

Nesta lista incluem-se ainda os doentes

em diálise crónica, alguns profissionais de saúde com recomendação para a vacina e crianças institucionalizadas com doenças crónicas, entre outros grupos específicos.

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

PROTOCOLO

Quando as instituições ganham novas plataformas e conhecimentos, ganhamos todos.

Montepio

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio Geral na oferta de software e soluções informáticas destinada a instituições da economia social, com condições de financiamento extremamente vantajosas.

Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.

FORMAÇÃO F3M . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- O OE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- Excel Avançado
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Curso Básico de Hardware
- Gestão de IPSS
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Internet e Redes Sociais
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA, LISBOA

O reconhecimento pelo trabalho com as famílias

O Movimento de Defesa da Vida (MDV) foi o grande vencedor do Prémio Manuel António da Mota 2014, que se traduz num valor monetário de 50 mil euros, mas, como diz a presidente Graça Mira Delgado, a importância da distinção vai para além do dinheiro.

“O aspeto financeiro é muito importante e este prémio tinha uma soma significativa que vai ajudar muito o MDV ao longo deste ano de 2015, mas em paralelo o reconhecimento, por uma empresa com a dimensão da Mota Engil e da dimensão da Fundação Manuel António da Mota, do trabalho que desenvolvemos como válido e importante para o País é um grande incentivo. Temos feito um grande esforço para ajudar as pessoas e sentimos que estamos a ajudar as crianças e as famílias a manterem-se unidas, a irem recuperando alguma da sua autoestima, da sua dignidade e da sua capacidade em resolver os conflitos e as dificuldades que se lhes apresentam. E é muito importante vermos que isso é reconhecido e com uma dimensão como a que tem este prémio”.

Por outro lado, os 50 mil euros que premeiam o trabalho feito pela instituição através do Projeto Família, desde 1996, vão dar uma estabilidade maior à vida da instituição.

“Este prémio vem dar estabilidade ao MDV para o ano de 2015, que é muito importante para a nossa atividade”, sustenta a presidente, que traça o cenário financeiro da instituição: “O nosso orçamento não é muito grande e é suportado em parte por um acordo atípico que temos com a Segurança Social, apenas aqui em Lisboa. Isto é muito importante, porque foi a primeira vez que conseguimos ter um financiamento em continuidade, o que nos dá estabilidade, pois sabemos que no ano seguinte conseguimos continuar a desenvolver o trabalho que fazemos. Esta era uma certeza que antes não tínhamos. É evidente que temos feito um esforço grande para não funcionar só em Lisboa, por isso estamos a funcionar no Porto, em Setúbal e em Évora, o que tem resultado devido a candidaturas que temos feito a financiamentos do POPH, da Fundação Calouste Gulbenkian e ainda da angariação de fundos junto de empresas que nos permitem completar o orçamento anual. Ora, este ano foi difícil e estávamos com muito receio de não conseguir as verbas todas... E, antes deste prémio, não antevíamos onde poderíamos ir buscar a verba que nos faltava”.



A distinção do MDV surge por via do Projeto Família em que a instituição sediada em Lisboa faz o acompanhamento de famílias com crianças e jovens em risco, em que o trabalho é desenvolvido na casa da própria família, envolvendo todos os membros da mesma.

“A criança em risco é o objeto do Projeto Família, que é para intervir com crianças em risco no seio da família. E esta é desde logo uma das características realmente inovadoras e muito próprias do projeto. Como já se faz de algum modo noutras instituições, tudo se passa na casa da família, porque é necessário, em primeiro lugar, trabalhar com a família toda e, depois, conhecer todos os elementos de forma igual”, explica Graça Mira Delgado, indicando o objetivo a alcançar: “Mudar as condições em que a criança vive, para que esta possa permanecer em casa com os seus pais em segurança”.

A presidente do MDV, que foi uma das técnicas que trouxe o modelo dos Estados Unidos, avança que “o projeto surge não para substituir qualquer outra fase de intervenção, mas num momento limite em que a família entra em crise, que é um momento crucial para a intervenção, e as crianças estão na iminência de serem retiradas ou já o foram e põe-se a hipótese de voltarem”.

O Projeto Família surge como a derradeira possibilidade de muitas famílias conseguirem manter-se unidas. No



momento em que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Tribunais, equipas da Segurança Social ou qualquer IPSS propõe à família essa derradeira possibilidade de ajuda, a família aceitando, é-lhe, então, atribuído um técnico. Este passa com a família meio tempo por semana, sem horário de trabalho e disponível 24 horas por dia, sete dias por semana.

“Claro que não vai viver para casa da família e vai ter os seus dias de descanso, simplesmente não tem horário fixo, porque os problemas nas famílias não surgem apenas entre as 9h00 e as 17h00”, sublinha Graça Mira Delgado, explicando o funcionamento do programa: “O técnico vai gerir com a família o tempo e os momentos

da sua intervenção, visita a visita. Não há visitas-surpresa porque as visitas-surpresa põe a família na defensiva. Assim, o técnico torna-se um aliado da família, que tem o contacto telefónico daquele caso necessite de falar com ele. Nas visitas não se diz à família o que tem que fazer, mas pede-se-lhe que indique aquilo de que precisa, o que altera completamente as relações do técnico com aquela família”.

«Diga-nos o que precisa e o que é que gostava de mudar» é uma espécie de lema do projeto, que passa por dar voz à família.

“Quando recebemos uma sinalização, por exemplo, de uma CPCJ, dizem-nos que a família tem que fazer uma série de coisas e, ao princípio, o que a família diz

que precisa parece não ter nada que ver com aquilo. O projeto dá-lhe abertura para querer mudar e isto é que é outro segredo, a motivação que é dada pela proximidade do técnico. Proximidade não só física, mas de anseios, de desejos, de capacidade de verbalizar, de se sentir à vontade para sentir as suas dificuldades e isto é fundamental”, destaca a dirigente, lembrando: “O nosso papel não é avaliar, mas sim ajudar. Enquanto com as outras entidades as famílias sentem que estão a ser avaliadas, connosco sentem que estamos a ajudar”.

O Projeto Família é posto em prática de uma forma intensiva durante seis semanas, ou seja, o técnico passa 15 a 20 horas por semana com cada família. As duas primeiras semanas são para realizar “um diagnóstico efetivo sobre cada família” e as três seguintes para “trabalhar as competências a qualquer nível”.

“Se for preciso o técnico arregaça as mangas. Há uma casa para arrumar, não sabem como fazê-lo, o técnico ajuda e faz. Não faz pela família, mas ajuda. Isto estende-se ao relacionamento com as crianças, ao acompanhamento a serviços públicos, etc... No fundo, tudo isto é trabalhar competências e estas são fundamentais para uma criança ter segurança na sua família”, defende Graça Mira Delgado.

Na última semana é preparada a saída do técnico: “É uma semana difícil para a família, mas também para o técnico. Os dois têm que se preparar e são apontados objetivos. Há uma avaliação ao longo do tempo e uma avaliação final em que a família diz que objetivos tinha no início da intervenção, o que conseguiu atingir e o que não conseguiu. A família conseguir fazer isto é aprender a fazê-lo para o resto da vida”.

Depois, ao longo de um ano há acompanhamentos pré-datados, tipo aos dois meses, aos quatro, etc., podendo a família pedir ajuda entretanto caso necessite.

“Não se pode manter esta ligação tão estreita durante muito tempo senão criava-se uma dependência que não tinha interesse nenhum”, alerta a dirigente, que considera a avaliação a peça-chave de todo o projeto: “Ao longo de todo o tempo há uma supervisão a todo o trabalho dos técnicos, que discutem em conjunto os respetivos casos. Por vezes os técnicos não conseguem encontrar as soluções para os seus casos, mas a ajuda surge da partilha com os outros técnicos”.

Atualmente, o Movimento de Defesa da Vida concretiza o Projeto Família com cinco técnicos em Lisboa, dois técnicos e um supervisor em Évora e igual número no Porto, sendo que em Setúbal está temporariamente suspenso. O MDV aguarda a celebração de um Acordo de Cooperação para o CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) para Setúbal e para o Porto, que a



Segurança Social diz “estar iminente, mas só lá para meados do ano”.

No ano de 2014, o MDV acompanhou, até outubro, 400 crianças e 180 famílias. Por ano cada técnico acompanha 16 famílias, pois apenas pode acompanhar duas famílias de cada vez.

Por outro lado, o MDV tenta criar sinergias, tendo como propósito ajudar as famílias, o que nem sempre é fácil quando há um trabalho de diversas entidades sem conhecimento recíproco.

“Procuramos trabalhar em parceria com todos quer sejam sinalizadores ou não. Temos casos de famílias que estão a ser acompanhadas por cinco ou seis entidades que nunca falaram entre si”, lamenta a dirigente, sublinhando: “Reunir essas entidades é também um trabalho que fazemos. Depois, entre 75% e 82% dos casos em que entrevistamos as crianças puderam permanecer no seio da família, o que é muito bom”.

Para a presidente do Movimento de Defesa da Vida, “ver o reconhecimento enorme que as famílias têm e a felicidade em que ficam” é a grande recompensa da instituição, cuja grande dificuldade é não poder fazer mais e chegar a mais famílias.

Fundado em 1977, por quatro movimentos católicos – Médicos Católicos, Enfermeiros Católicos, Ação Católica Rural e Movimento de Entreatajuda e Documentação Conjugal –, o MDV “nasce para salvaguardar a vida e os valores da vida”, numa altura em que se começava a falar em despenalização do aborto, o que



aconteceria, pela primeira vez, fruto de uma votação na Assembleia da República, em 1984.

“Então, o padre Victor Feytor Pinto, que estava na génese do Movimento, desafiou os seus membros dizendo que não se ia lá com abaixo-assinados, nem com manifestações. Se queríamos defender e promover a vida tinha que ser através da formação. Houve um primeiro curso de formação de formadores em Educação Sexual e Planeamento Familiar e muitos outros no seguimento disto. Não houve qualquer alteração em relação à missão e objetivos iniciais, mas uma nova postura. Achámos que não era a nossa missão a intervenção política direta, mas o trabalho com as pessoas. Então, organizámo-nos em três

departamentos: Formação, de técnicos e professores; Ação Direta, ou seja, trabalho direto com as pessoas, fossem pais, jovens ou crianças; e Publicações, que é o mais difícil, pois temos pouco tempo para escrever, embora já tenhamos muito para dizer”, conta a presidente.

Passados 38 anos da fundação do Movimento de Defesa da Vida, “aquele que foi o seu móbil mantém-se, muito embora sejam muitas as dificuldades de implementação”, lamenta Graça Mira Delgado, lembrando: “A Educação Sexual junto de crianças e jovens é muito rara por falta de financiamento e o Planeamento Familiar vamos fazendo aqui na instituição”.



PADRE LINO MAIA, CANDIDATO PELA QUARTA VEZ À PRESIDÊNCIA DA CNIS

Não me considero um vencedor considero-me um servidor

Ao contrário do que tinha dito há três anos, afinal é candidato a mais um mandato. O que é que mudou?

Fundamentalmente porque era importante que houvesse corporização de uma liderança que consagrasse definitivamente a comunhão que parece existir agora dentro da CNIS. No passado os momentos eleitorais foram difíceis porque houve sempre duas candidaturas. Havia alguma cisão Norte-Sul, Porto-Lisboa e transparecia a imagem de uma CNIS beligerante. Desta vez, por iniciativa da União de Lisboa, começou a perceber-se que era importante, neste período complicado, que houvesse uma só candidatura. Fizeram-me perceber que talvez com a corporização, por mim, da liderança de comunhão conseguir-se-ia dar uma imagem de unidade, de consenso. Foi sobretudo isso que me fez recuar. Quando há três anos disse que seria o último mandato estava absolutamente decidido. E já nessa altura foi com alguma dificuldade que aceitei mais um mandato. Agora é um serviço à comunhão. É esse o lema. Não era bom para ninguém, quando este setor está credível, firmado, quando tem uma expressão e uma visibilidade que representam a realidade das instituições, do que muita gente por esse país faz, que nesta fase houvesse disputas. Mudei, de facto, mas, por serviço à comunhão, estou disponível.

Pode ser visto como mais um feito que conseguiu. Teve sempre oposição, desta vez haverá apenas uma lista. Pode-lhe ser atribuído esse mérito?

Não considero. Sou sempre muito crítico em relação àquilo que faço e à forma

como estou. Eu autopenitencio-me muitas vezes. Não gosto de bater com a minha mão no peito dos outros. Bato no meu. Sofri nas disputas porque das três vezes na outra lista estava um colega e podia parecer uma disputa entre padres. Isso fazia-me sofrer. Os padres normalmente são vistos como os promotores da comunhão. Não me agradou. Vendo o reverso da medalha é também positivo haver mais do que uma proposta. O consenso exagerado pode favorecer o imobilismo, a paragem. Se este setor conseguiu coisas muito vantajosas foi porque houve diferença, mas sobretudo porque as instituições de solidariedade por este país fora se foram afirmando, aceitando a liderança, mas afirmando-se de uma maneira positiva, enfrentando a crise, superando as dificuldades. No fundo, foram as instituições e os seus dirigentes que se afirmaram. A CNIS cumpriu a função para que foi eleita. Não foi para reinar foi para servir e foi o que fizemos, o melhor possível. Não considero um sucesso pessoal, de modo nenhum. Não me considero um vencedor considero-me um servidor.

O fim dessas divergências significa que Lisboa também vai participar nos órgãos sociais da CNIS?

Tem que participar. A CNIS não é Porto, Lisboa ou Algarve. A CNIS são as instituições de solidariedade. São 2.800 dispersas por todo o país desde a aldeia mas recôndita do distrito de Bragança até à mais ocidental da Ilha das Flores. De facto, parecia que havia uma divisão entre Porto e Lisboa. A vários níveis, uma natural, não louvável, concentração de serviços e centros de decisão em Lisboa, porque é lá que

está o poder. Lisboa é o distrito com mais instituições, tem mais que o Porto, a sede da CNIS está no Porto, foi aqui que, há uns anos, houve um movimento para criar a União das IPSS, adquiriu-se na altura um espaço para a sede. Noto que as instituições são plurais. Há, entre nós, visões diferentes sobre o que deve ser uma IPSS. Particularmente nas instituições ligadas à Igreja, há muitas diferenças. Havia uma disputa entre as duas grandes cidades, era a capital e o resto do país, e eram estas diferenças intrínsecas. Devo dizer que a existência de uma lista de comunhão foi iniciativa de Lisboa. Eu não dei um único passo. Lisboa liderou o processo de uma maneira muito positiva. O melhor serviço que podemos prestar às instituições neste momento é um serviço de comunhão e unidade. Há muitas frentes para combater e não devemos perder tempo em querelas pessoais e ânsias de protagonismo porque não é isso que nos caracteriza.

Era difícil resistir a tantos apelos para que se recandidatasse. De dentro e de fora. Nestes últimos tempos foram vários os pedidos, de todo o lado...

Não vou dizer que estou desagrado por haver este desafio. Passe a lisonja, é o reconhecimento de algum esforço que foi desenvolvido. Mas eu não me fiz esse reconhecimento. Eu vejo apenas a postura de serviço não de trono. Quem está na CNIS, e todos os dirigentes, todos os 17 elementos dos órgãos sociais, tem esta atitude. E não são só estes. O geral dos dirigentes das IPSS têm essa maneira de ser. Eu via no desafio que me era feito, para que continuasse a servir, um sinal que se

devia dar ao país. Quem está nas lideranças, nos centros de decisão, não deve ver nesses espaços um trono para reinar mas uma oportunidade de servir. Isto também é um cargo político. E eu sempre vi na política uma ciência nobre de serviço à causa comum. Era o que queria para o país. Nas IPSS isso está presente. Muito gostaria que Portugal fizesse o mesmo.

Esse consenso à volta da sua recandidatura leva-me a perguntar-lhe a fórmula de sucesso para agradar a gregos e a troianos...

O meu pai dizia lá em casa muitas vezes que havia uma vez na vida em que se era bonito e outra em que se era bom: Bonito quando se nasce e bom quando se morre. Eu perante esses sinais perguntava-me frequentemente: Estarei vivo ou estarei morto? É que só à beira da tumba é que se diz bem do defunto. Eu não sou melhor nem pior que ninguém. Tenho um ideário e uma maneira de estar e para mim faz sentido a postura de serviço. Provavelmente foi por isso que favoreceu esse consenso.

E que se estendeu à CNIS...

Foram dados passos muito importantes nestes últimos anos. No reconhecimento, na afirmação, até na regulamentação, no enquadramento legal, na cooperação... foram dados passos significativos. Este setor não é visto como daqueles que nada têm que fazer e têm que se entreter. Nunca foi isso. Hoje é o que sempre foi, mas com mais credibilidade e mais afirmação. O que ajudou foi esta postura da CNIS. Nós, na direção da CNIS, não defendíamos nada

para nós próprios. Não estávamos à procura de ascensão no poder. Somente à procura do que era melhor para o povo português. Nas negociações deste Compromisso para a Cooperação, que recentemente foi assinado, eu percebia claramente que os interlocutores entenderam que nós não estávamos a defender, muitas vezes, aquilo que julgávamos melhor para a CNIS, mas aquilo que julgávamos melhor para o povo. Quando adotamos esse critério não há barreiras inultrapassáveis, os consensos são fáceis.

Vai fazer alterações na sua equipa?

Eu nestes três mandatos tive sempre equipas fabulosas. No fim dos mandatos para além de dirigentes eu tinha amigos. Não houve cisões entre nós. É muito difícil para mim renovar uma equipa. Mas são sempre necessárias alterações. E agora mais do que nunca. Nos órgãos sociais cessantes havia mais dirigentes de Lisboa do que dos outros distritos. Agora eu quero mostrar claramente que a CNIS não é só Porto, Lisboa, Norte, Sul... A CNIS é o país. É preciso que a próxima equipa mostre essa universalidade ou, usando um termo que como padre gosto de referir, essa catolicidade, essa abertura a todos.

Em jeito de balanço, o que sublinharia nestes últimos três anos de mandato?

Por mérito das próprias instituições e não da direcção da CNIS, ninguém acredita que a troika tenha ido embora sem que uma única IPSS tivesse fechado portas, sem atirar ninguém para o desemprego. Foram mais pessoas a bater à porta das instituições que com menos recursos e mais inicitivas foram resolvendo os problemas. Esse é o grande feito deste mandato. As IPSS mostraram uma resiliência que merecia ser estudada. Foi o único setor em que não diminuiu o emprego, até aumentou; não diminuíram os serviços, até aumentaram; diminuíram os recursos, mas respondeu-se a mais gente, gente mais pobre, com menos meios. Foi o grande sucesso de todas as instituições. Esforço da direcção da CNIS foi o facto de ter sido o único setor em que não houve cortes nos apoios públicos. Não acompanharam as necessidades, a inflação, mas não houve cortes. O mérito foi da direcção que conseguiu demonstrar, apesar das dificuldades, que o setor não podia sofrer cortes. Foi preciso uma grande capacidade de persuasão para convencer o governo a convencer a troika. Merecia também ser estudado este país, único, em que a sociedade se organiza para responder às situações sem esperar a iniciativa do Estado ou uma qualquer providência. Outra conquista é o facto de estarmos agora do dealbar de um



novo paradigma de cooperação. A CNIS e as IPSS têm respostas em várias áreas: saúde, educação, desenvolvimento local e proteção social, onde tinham a grande visibilidade. São respostas complementares. Temos conseguido um compromisso com os três ministérios, Saúde, Educação e Segurança Social e Emprego é um grande passo. No futuro, espero que no governo haja uma melhor coordenação entre os ministérios dos assuntos sociais. Para a cooperação percebeu-se que era importante que os ministérios se unissem para que ao povo português fossem dadas mais respostas coordenadas. Julgo que foi o grande passo.

Chamou-lhe histórico...

É sem dúvida um momento histórico. E ao mesmo tempo um ponto de chegada

e de partida. Pelo caminho feito chegou-se à conclusão que era necessário juntar os vários ministérios. São perspectivas de futuro. Com a Segurança Social havia uma relação forte. Mas com a Saúde e a Educação era difícil. Não havia um documento que nos obrigasse a trabalhar em conjunto. Agora existe. Pode ser melhorado. O próximo passo, na minha opinião, é a criação de uma nova Lei de Bases para a Cooperação. As instituições de solidariedade prestam serviço público. Implementam e tornam possíveis direitos sociais. O que produzem são bens imateriais e públicos. Tem que haver uma lei de Bases para a Cooperação que de uma vez por todas diga isto. O Estado não tem que ser quem tudo faz, deve assegurar que se faça. Deve definir balizas, apontar caminhos e dispôr dos meios oriundos dos

impostos. O Estado tem que fazer fazer. E se já há quem se organize para fazer, na proximidade, segundo o tal princípio da subsidiariedade que está aqui bem presente, o Estado deve reconhecer, apoiar, regular e suprir quando não há quem faça. Esta Lei de Bases era importante também para que estas instituições que produzem bens públicos, imateriais, deixem de estar sujeitas a um regime fiscal como se fossem entidades lucrativas, empresariais e concorrenciais. Essa Lei de Bases já está apontada neste compromisso que assinámos, mas é o próximo objetivo a alcançar. Julgo que no primeiro semestre do próximo ano é possível termos pelo menos um esboço dessa Lei de Bases.

Não referiu a alteração do Estatuto das IPSS, o célebre 119/83, operada recentemente....

No fundo não é uma mudança qualitativa. Foi um aperfeiçoamento de um documento legal muito importante, mas uma adaptação ao momento. Não é ponto de chegada nem ponto de partida. É um processo que vai continuar. A CNIS, bem como muitas outras organizações, deu um contributo importante. Foi uma atualização. Nós, daqui a cinco anos, vamos dizer que é preciso alterar novamente. No dia em que foi publicado começou o processo da sua revisão. Não há grandes mudanças.

Uma dessas alterações é o facto de ter que fazer agora não três mas quatro anos de mandato. Já fez o ajuste estratégico necessário?

A mudança de três para quatro anos era necessária porque neste setor por vezes é difícil arranjar dirigentes com disponibilidade. Dá mais estabilidade. No que me diz respeito, não tenho que fazer ajustes estratégicos porque, muito francamente, já estou nisto há muito tempo. Conheço o setor, com as equipas fabulosas que temos tido é possível fazer caminho com segurança. É uma continuidade.

Este ano haverá eleições legislativas. A mudança de governo não vai provocar perturbações àquilo que é o papel da CNIS?

Sempre nos temos dado bem com todos os governos. Nós não representamos nem o poder, nem a oposição, nem a posição. Representamos o setor solidário que deve adotar sempre o diálogo e o respeito com quem está no governo. A nossa postura é sempre de serviço. E acreditamos que quem está no poder também tem essa atitude. Para mim é-me indiferente quem é o poder, mas é muito importante que adote uma postura de serviço.

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



Cuba: a última página da Guerra Fria?

Por uma feliz coincidência, no dia em que o Papa Bergoglio celebrava os seus setenta e oito anos, o mundo tomou conhecimento de que tinha chegado ao fim o embargo económico imposto a Cuba pelos Estados Unidos, já lá vão mais de cinquenta anos. A notícia teve importância suficiente para abrir praticamente todos os serviços noticiosos internacionais, ou não fosse aquele bloqueio considerado como a última página do livro da chamada Guerra Fria.

Obama virou essa página, o que chegaria para ele deixar a sua marca na História. Ao afirmar publicamente que o bloqueio tinha falhado, Barak Obama reconheceu que os norte-americanos perderam muito mais do que ganharam neste longo braço de ferro com o regime de Cuba. Mais do que obrigar à cedência dos cubanos, o bloqueio serviu para reforçar o seu espírito patriótico e aceitar mais resignadamente o regime castrista. A Obama resta-lhe agora a esperança de recuperar, com a sua cedência, alguma da força moral que levou para a Casa Branca, mas que ele foi perdendo gradualmente, sobretudo neste segundo mandato.

Muitos dos comentários feitos à notícia do fim do bloqueio, e à consequente alteração das posições americana e cubana nas relações entre os dois países, davam grande relevo ao papel que a Igreja Católica terá desempenhado no processo que levou a este desfecho.

Foi um motivo mais que suficiente para se falar do peso da diplomacia do Vaticano na cena internacional, desta voz num tom claramente positivo. Porque se tratava de um diferendo que envolvia problemas políticos delicados, e aparentemente insolúveis, atribuir à Igreja uma parte da responsabilidade na sua solução serve para promover a sua imagem, tantas vezes incompreendida e denegrida pelos próprios Meios de Comunicação. Por isso, alguém escreveu que esta notícia constituiu uma excelente prenda de aniversário para o Papa Francisco.

Por nós, acreditamos que o bispo de Roma se tenha sentido feliz, não tanto porque o diferendo entre Cuba e os Estados Unidos representasse hoje, como já representou, uma ameaça séria à Paz, mas sobretudo porque o fim do bloqueio traz a certeza de uma nova esperança para muitas pessoas que, durante cinquenta anos, sofreram as consequências de uma decisão política que acabou por se revelar errada. De qualquer modo, o Papa Francisco tem consciência de que, infelizmente, o fim deste bloqueio não representa o fim da Guerra Fria, porque são cada vez numerosos os sinais de que ela está a renascer. Há muito que as relações entre os Estados Unidos e a Rússia nunca foram tão complicadas e, embora a hipótese de uma guerra entre as duas superpotências não se coloque no imediato, há fortes razões para temer pela Paz. Este clima bem merece o nome de Guerra Fria.



Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Não à escravatura!



Foi exatamente esta a mensagem do Papa Francisco para o Dia da Paz, que todos os anos se evoca no dia 1 de janeiro. Num estilo que lhe é peculiar, imprimiu à sua mensagem uma grande densidade humana ao referir-se às várias e múltiplas faces de escravatura nos nossos tempos. Para não lhe retirar nem desvirtuar nada do que escreveu, aqui ficam transcritas algumas das suas preocupações sociais e pastorais:

1. "Apesar de a comunidade internacional ter adotado numerosos acordos para pôr termo à escravatura em todas as suas formas e ter lançado diversas estratégias para combater este fenómeno, ainda hoje milhões de pessoas - crianças, homens e mulheres de todas as idades - são privadas da liberdade e constrangidas a viver em condições semelhantes às da escravatura";
 2. "São faces destas novas escravaturas: trabalhadores/as, mesmo menores, escravizados nos mais diversos setores, a nível formal e informal, muitos migrantes que padecem de fome, de falta de liberdade, muitas vezes abusados física e sexualmente";
 3. "Penso ainda nos menores e adultos que são objeto de tráfico e comercialização para remoção de órgãos, para serem recrutados como soldados, para servirem de pedintes, para atividades ilegais como a produção ou venda de drogas ou para formas disfarçadas de adoção internacional".
 4. "Não posso ignorar todos aqueles que são raptados e mantidos em cativeiro por grupos terroristas, servindo os seus objetivos como combatentes ou, especialmente, no que diz respeito às meninas e mulheres, como escravas sexuais. Muitos, desaparecem, outros, são vendidos várias vezes e torturados, mutilados ou mortos".
- A mensagem aborda ainda algumas causas profundas da escravatura, apela a um compromisso para a combater e termina com uma solicitação: "globalize-se a fraternidade e não a escravidão nem a indiferença".

Segredo de Justiça

1 - Não é só em homenagem à exigência legal de respeito pelo segredo de justiça que o advogado de José Sócrates se encontra impedido de falar em público sobre o processo que conduziu à prisão preventiva do antigo Primeiro-Ministro.

Aliás, em bom rigor, se a posição da defesa de José Sócrates é a de que não teve acesso aos factos sob inquérito – de que não conhece o teor do processo, portanto –, a sua pronúncia sobre o caso nunca poderia configurar violação desse segredo.

Só pode violar o segredo quem conhecer o segredo.

Aqui, o dever que impede o defensor de José Sócrates de falar sobre o processo é o dever de não discutir em público assuntos profissionais, imposto pelo Estatuto da Ordem dos Advogados.

Tal dever tem um duplo fundamento: em primeiro lugar, o de procurar que a justiça se não faça na rua ou nos jornais, mas apenas nos tribunais onde correm os processos; e, como segunda razão, o respeito pelo princípio, também imposto pelo Estatuto da Ordem dos Advogados e pela deontologia da profissão, de proibição de publicidade feita pelos advogados sobre o seu próprio trabalho.

É certo que, com a frequência com que, neste ou noutros processos, os segredos dos autos de inquérito são soprados para os jornais e para as televisões, em regra para conforto das teses da acusação, teremos de concluir que aquele dever de silêncio imposto aos advogados se traduz numa desigualdade de armas entre o Estado que acusa e o Arguido que responde.

Claro que os juízes que vão lavrar a sentença que vier a ser a decisão final do caso – se o caso for a julgamento –, não serão, esperamos nós, influenciados pelo frenesim noticioso vindo da rua ou da imprensa.

São, aliás, numerosos os exemplos de processos que percorreram as páginas dos jornais, com condenações antecipadas, que vieram a merecer sentenças de absolvição, por o Ministério Público não ter conseguido fazer em juízo a prova do crime.

Tal prova é, aliás, muito difícil em crimes como os que aparentemente estão em causa no processo contra José Sócrates, nomeadamente nos crimes de corrupção, uma vez que o normal será corrompido e corruptor protegerem-se um ao outro.

Mas a verdade é que, mesmo que a condenação criminal, em julgamento, não venha a verificar-se, o certo é que a publicitação de factos e comportamentos de José Sócrates, mesmo que lhes não seja imputado ou provado relevo criminal, contaminarão para sempre o juízo público sobre a personagem do ex-Primeiro-Ministro.

José Sócrates não foi levado a julgamento no processo do Freeport ou da Cova da Beira – mas quantos portugueses não terão ficado com a dúvida sobre as coincidências que permitiram o licenciamento ou sobre as conexões do negócio do aterro sanitário?

Nada se apurou sobre as escutas em Belém – para conhecer que altos segredos de Estado? Mas quem duvida de que a Presidência da República não tem dúvidas sobre o assunto?

E a licenciatura, ou os projectos bisonhos na Guarda: nada se apurou de irregular, sendo certo que muitos outros alunos da Universidade Independente – e outras – terão feito apressadamente cursos com iguais trapalhadas; e é corrente os técnicos assinarem projectos de arquitectura ou engenharia que não foram eles a conceber.

Mas trata-se de episódios que banalizam José Sócrates, que o tornam igual a milhares de outros, num registo vulgar – quando a construção da sua personagem pelo próprio sempre visou apresentar um líder cosmopolita e civilizado, à europeia; e único pelo carisma, capacidade e autoridade.

(Não era ele que, em cada intervenção, não esquecia o refrão “pela primeira vez ...”, com que pontuava o anúncio das medidas que tomava, como se tudo o que trouxesse a sua marca, o seu selo, fosse inaugural, genesiaco ...?)

E ali tratava-se de factos, por natureza indesmentíveis: as notas aos dominhos, as quatro cadeiras (em cinco) com

o mesmo professor, o mesmo do aterro da Cova da Beira, os currículos, as casas; nada se provou de irregular – mas constituem um incómodo.

2 – Também já se percebeu que a novela sobre o processo vai continuar, em sucessivos episódios: uns, soprados de dentro do processo; outros, provenientes de dentro da prisão.

Já sabíamos que José Sócrates não é homem para ficar calado; nem para ceder o palco a outros.

Depois da derrota contra Passos Coelho, e passados os primeiros tempos do recuo parisiense, o ex-Primeiro-Ministro veio comunicar-nos a sua deliberação de que, após um período de silêncio, considerava ter chegado o tempo de falar: para se defender dos ataques que lhe eram dirigidos, dizia.

E tem falado longamente: a televisão pública abriu-lhe o horário mais nobre: para uma grande entrevista, primeiro; para o comentário dominical, depois.

(Não sei se já havia então o Conselho Geral Independente na RTP...)

O seu advogado não pode falar, por imposição da Ordem dos Advogados; mas José Sócrates não está sujeito à mesma disciplina.

É certo que tal exposição traz consigo um risco: como diz o povo, quem muito fala, pouco acerta.

Independentemente da prova ou do processo, foi o próprio José Sócrates que nos veio informar, na entrevista escrita à TVI – decerto para explicar movimentos bancários de transferências das contas de Carlos Santos Silva para as suas (dele, José Sócrates) –, que tinha por várias vezes pedido dinheiro ao seu amigo, para resolver problemas de liquidez.

Tratava-se de empréstimos, portanto – que José Sócrates viria a pagar.

Não nos disse o valor total dos empréstimos, nem as épocas em que os teria pedido.

Mas, se, enquanto Primeiro-Ministro, o que recebia do Estado não lhe chegava para as despesas, mesmo com o reforço do produto da venda das casas da sua Mãe; ou, depois da derrota eleitoral,

se o empréstimo da CGD, mais os honorários da RTP, mais os 24.000 euros mensais da Octopharma, não chegam para as despesas, causando a José Sócrates problemas de liquidez, vai pagar ao amigo quando, ou com quê?

E que pensarão os portugueses deste nível de despesa, por parte de quem chamou a “troyka”, para lhes cortar salários e pensões, ou lhes eliminar prestações sociais?

3 – José Sócrates – essa justiça deve ser feita – foi um político que suscitou em muitos uma fé sem reservas; e em muitos outros uma rejeição também ela sem qualquer benefício da dúvida.

Perdeu as eleições quando o nível da rejeição ultrapassou o nível da devoção.

Mas essa derrota foi, de facto, em primeiro lugar, uma rejeição da personagem.

A crise também contribuiu, é certo – mas a própria pessoa de Sócrates foi a razão primeira.

Para essa mudança no sentimento popular, o que principalmente contou foi a sucessão de episódios duvidosos ou equívocos, que surgiam a cada pedra que se levantava.

Tenho visto, nas redes sociais, que os sentimentos em relação a José Sócrates permanecem tão radicais, na veneração ou na aversão, como quando o mesmo nos governava.

Quem votou contra José Sócrates em 2011, por causa dos episódios que sombrearam os seus mandatos, não tem dúvidas agora: o veredicto é de culpa, independentemente do que o Tribunal vier a decidir – ou da verdade.

E é a maioria.

Por isso, quem perde com esta exposição é o PS.

Claro que este prejuízo é indiferente a José Sócrates.

Os predecessores querem ficar na História – ou no seu rodapé – como insubstituíveis, não sendo, por isso, conhecidos por facilitarem a vida aos herdeiros.

Vítor Constâncio e Fernando Nogueira que o digam.

Vem nos livros ...



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA

Centenário ensombrado pela baixa natalidade

Era ainda a República uma imberbe quando a Associação da Creche de Braga nasceu, corria o ano de 1915, à sombra da Igreja e pela mão do deão João Cândido de Novais e Sousa e um conjunto de pessoas notáveis da cidade de Braga. São 100 anos ao serviço de Braga e da sua população, nas últimas décadas mais ao serviço das primeira e segunda infâncias, mas desde sempre impregnada pelo espírito caritativo da Igreja Católica. Começou por ser um internato de crianças, mas depois evoluiu, tal como a sociedade em geral, e transformou-se numa instituição vocacionada para a creche e o pré-escolar.

“Pretendemos celebrar o centenário da instituição nesta primeira metade do ano, envolvendo atividades dentro da área que nos preocupa, que é predominantemente voltada para a primeira e segunda infâncias”, sustenta Manuel Lomba, presidente da instituição, que aponta, desde logo, uma grande preocupação: “Estas instituições têm um problema pela frente, que, no fundo, é um problema do País, e que é a baixa natalidade”.

A Associação da Creche de Braga, designação que nasceu em 1967, pretende mesmo aproveitar a comemoração dos seus 100 anos de existência para debater e alertar para esta situação da baixa taxa de natalidade com que o País se vê confrontado.

Assim, está previsto um ciclo de conferências, onde se pretende veicular as perspetivas do Estado, da sociedade civil e da Igreja acerca da questão da natalidade.

Com uma Comissão de Honra constituída pelas figuras mais destacadas da cidade, como o arcebispo ou o reitor da Universidade do Minho, entre outras, o objetivo da instituição, segundo o seu presidente, é “envolver a população e a cidade”, até para perceber em que medida a instituição faz falta à cidade.

“Haverá uma componente cultural



voltada para a cidade em geral, pois ao longo de 100 anos muita gente passou pela instituição. Esta componente ganhará a forma de um espetáculo musical”, revela Manuel Lomba.

Sobre o século de vida que a instituição assinala neste ano de 2015, Manuel Lomba lembra que a Creche de Braga, como é conhecida, “é uma instituição que viveu sempre com problemas, aliás, penso que as instituições, no geral, vivem sempre com problemas”.

No entanto, contou sempre com “muito apoio da cidade e das chamadas forças vivas da cidade”.

Sem querer destacar um momento em

especial, o atual presidente sustenta que “prestou sempre um serviço de qualidade”. Porém, as rosas têm espinhos... “Neste momento, tem, como muitas outras instituições, alguma dificuldade de equilíbrio financeiro”, refere, apontando culpas: “Quanto a mim, essa situação vem de um pecado que algumas Direções cometeram com a culpa de alguns Governos de outros tempos e que passa pelas dificuldades que as Direções têm em manter um quadro de pessoal estritamente adequado às necessidades. As pressões são muitas, as instituições são de solidariedade e o sentimento da solidariedade, por vezes, leva-as a pecarem por algum excesso. E considero que isso no tempo de

vacas mais gordas teria sempre cobertura, mas hoje não é assim”.

Manuel Lomba recorda alguns despedimentos que teve que efetivar no seu consulado e se a legislação o permitisse dispensaria ainda mais pessoal excedentário, sempre com o fito no equilíbrio financeiro da instituição.

“Desde que estou à frente da instituição já tive que fazer alguma dispensa de pessoal, que não aprofundi mais porque a legislação da pré-reforma e da reforma antecipada não permitiu dispensar mais algumas pessoas”, argumenta, lembrando as condições fundamentais para que uma instituição como a Creche de Braga tenha sustentabilidade



financeira: “A saúde financeira da Creche de Braga depende de dois aspetos. Um é a procura, problemática nas respostas de primeira e de segunda infâncias e um problema que, infelizmente, não temos na área da deficiência. Depende disso e depende da situação económica do País e esta é uma instituição aberta a todas as camadas sociais e felizmente é muito procurada por pessoas de todas as camadas sociais. Agora o que temos notado ultimamente é uma quebra, embora ligeira, mas já se sente, na frequência e há uma quebra também nas mensalidades, atendendo à situação das famílias. É muito frequente aparecerem-me aqui pais com exposições a pedir para alterar a data de pagamento e o valor das mensalidades. Há dificuldades das famílias e da parte da Segurança Social a comparticipação, números redondos, parou em 2010”.

Perante a redução de frequência de crianças, a diminuição de mensalidades e a estagnação da comparticipação da Segurança Social, a instituição entrou em crise, conseguindo, porém, aceder à linha de crédito para o setor solidário.

“Entretanto, tivemos que recorrer àquela linha de crédito e, neste momento, temos a situação equilibrada, mas estamos a pagar o que nos é devido, tendo surgido agora a possibilidade de alargamento do prazo que vamos acolher, mas teremos que estudar a situação para ver como resolvemos algum excesso de mão-de-obra que ainda temos”, defende Manuel Lomba, acrescentando: “Não tenho que me preocupar muito com o passado no sentido de o criticar, mas penso que se entrou numa certa euforia expansiva e muito do património que a instituição teve acabou por ter que ser consumido nesse tipo de atividades. Quando se sobe muito numa escada, se esta não está bem firme, abana e pode mesmo cair. Penso que houve alguns exageros nesse aspeto”.

Em, ano de centenário, a Creche de Braga tem um quadro de pessoal de 170 funcionários, estando as valências espalhadas pelas instalações sitas na rua do Raio, no centro de Braga, e na freguesia de Palmeira, numa quinta doada pela família Cunha e Graça.

Assim, no edifício-sede a instituição acolhe 139 crianças em creche, 163 em pré-escolar e 57 em ATL. Nas instalações da Quinta da Palmeira há 99 crianças em creche, 89 em pré-escolar e 45 em ATL, funcionando ainda ali o Lar de Apoio com três deficientes, sendo que o CAO, junto à sede, é frequentado por 63 utentes.

E a verdade é que de uma capacidade para 762 utentes em todas as valências, a instituição apenas acolhe 658, havendo 762 vagas no total. Isto quer dizer que a instituição está deficitária na frequência de utentes, tendo apenas sobre lotação no ATL da Palmeira (quatro crianças) e no CAO (três

utentes portadores de deficiência).

A abertura da instituição à área da deficiência não se deu por conveniência, mas foi a forma como o antecessor de Manuel Lomba encontrou de cobrar uma dívida ao Estado, pela utilização «pro bono» de instalações da instituição.

“Quando o Estado pensou em ter uma escola de educação especial em Braga fê-lo através de uma instituição que ali funcionava que dependia do Instituto das Obras Sociais (IOS) do Porto. Entretanto, a instituição passou para a APPACDM, mas não resultou e a Segurança Social convenceu a Creche de Braga a assumir o estabelecimento que até ali era de Ensino Especial e que depois foi transformado em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)”, conta o presidente da instituição, acrescentando sobre este assumir de uma resposta social na área da deficiência: “Poderia pensar-se que foi por conveniência, mas não, noutros tempos já se tinha pensado na instituição em voltar também para a área da deficiência e, inclusive, para a da terceira idade. Os Estatutos estão redigidos de tal modo que poderão dar possibilidade de, sem lhes mexer, a instituição se vocacionar para estas áreas também”.

Olhando o futuro com esperança, Manuel Lomba encontra potencialidades no edifício, apesar da idade considerável.

“É um edifício antigo, mas que tem condições para continuarmos a fazer o que fazemos agora, que são dois CAO, e ao mesmo tempo criarmos um lar para 39 idosos. Começo a ficar preocupado, porque o que existe hoje poderá ser uma espécie de lar de idosos para deficientes mentais que se vai fazendo ao longo do tempo”, alerta Manuel Lomba, revelando: “Há um projeto aprovado ao nível da Câmara e do CLAS e estamos apenas à espera de uma candidatura para podermos avançar. A ideia é requalificar o edifício adaptando-o. O projeto está muito bem construído porque nem implica a mudança dos atuais utentes durante a intervenção, pois será construído por fases. Neste momento funciona o CAO, mas a ideia é criar ali também um lar de idosos para os portadores de deficiência intelectual. Neste momento o utente mais idoso de CAO tem 54 anos e da primeira infância não temos nenhum...”.

Se a área da deficiência mantém os níveis de procura, ao contrário da creche e pré-escolar, outra resposta que tem dado sinais de revitalização é o ATL, que recuperou “alguma coisa” do ano de 2013 para o de 2014.

“A procura melhorou e aqui na sede estamos a fazer a experiência de alargar a resposta ao 2º Ciclo. O ATL foi uma opção deliberada dos Governos e foi uma luta inglória que se desenvolveu e, penso, que nos faltou coragem política na ponta final para levarmos isto mais longe ainda. Penso que o



problema foi nosso”, lamenta o também presidente da UDIPSS Braga.

A requalificação do edifício-sede, já com 44 anos, é uma necessidade, tal como a utilidade das respostas dadas pela instituição. Apoiado na abrangência dos estatutos que não obrigam a instituição a ficar presa à primeira e segunda infâncias, Manuel Lomba é muito claro e prático no que toca a um eventual alargamento das respostas a outras áreas.

“Uma instituição deve funcionar se se

justificar socialmente, agora se aquilo que fazia deixar de ter interesse social e houver outras áreas em que ela possa ser socialmente útil, por que não há de evoluir para aí? Depende da vontade das pessoas e dos apoios que existirem”, sustenta, recordando que há 100 anos, quando nasceu, a instituição “era exclusivamente voltada para a população carenciada, imbuída do espírito de caridade da Igreja”.

SEGURANÇA SOCIAL

Divulgada listas dos trabalhadores colocados no regime de requalificação

O Instituto de Segurança Social publicou as listas com os nomes dos trabalhadores que serão colocados no regime de requalificação. De acordo com uma nota informativa o ISS refere que “encontra-se em processo de racionalização de efetivos, nos termos dos artigos 251.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), após reconhecimento, na sequência de processo de avaliação, de que o pessoal constante do mapa de pessoal estava desajustado face às necessidades permanentes e à prossecução dos seus objetivos”.

A nota refere igualmente que “os trabalhadores terão (...) 10 dias úteis para, em sede de audiência de interessados, alegarem o que julgarem por conveniente”, período a partir do qual as listas definitivas serão publicadas.

Na sequência de uma providência cautelar interposta pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, o Instituto anunciou a 20 de dezembro que ia apresentar um recurso “invocando o interesse público do processo de requalificação”.

Segundo explicou à Lusa Luís Pesca, da Federação sindical, “a partir do momento em que o ISS invocou interesse público a providência cautelar perdeu o caráter suspensivo”, estando o processo a decorrer normalmente.

No passado dia 20 de dezembro o Instituto de Segurança Social anunciou que ia apresentar recurso no Tribunal Administrativo de Lisboa, após uma providência cautelar interposta pelos sindicatos para suspender a requalificação de 697 trabalhadores.

Em setembro, vários centros regionais de Segurança Social fizeram reuniões com cerca de 700 trabalhadores, sobretudo assistentes operacionais (motoristas e telefonistas) para os informar da intenção de os colocar em requalificação (ex-mobilidade especial).

O processo de reorganização do ISS tem por base um estudo de avaliação enviado pelo ISS para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e para o Ministério das Finanças, que contém uma previsão dos efeitos concretos da reorganização nos mapas de pessoal.

Com base neste estudo, o secretário de Estado da Administração Pública, Leite Martins, aprovou a 04 de novembro a proposta do Instituto para a redução de 697 postos de trabalho, cujos funcionários

deveriam ser colocados em inatividade, devendo o processo estar concluído a 18 de dezembro.

O ISS tem atualmente 8.442 postos de trabalho e diz ter necessidade de 7.780, o que resulta numa diferença de 662 postos de trabalho.

O regime de requalificação prevê a colocação de funcionários públicos em inatividade, a receberem 60% do salário no primeiro ano e 40% nos restantes anos.

Os funcionários com vínculo de nomeação, anteriores a 2009, podem ficar na segunda fase, até à aposentação, porque não podem ser despedidos. Os funcionários com contrato de trabalho em funções públicas, posteriores a 2009, podem enfrentar a cessação do contrato, se não forem recolocados noutra serviço público no prazo de um ano.



TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO




WWW.TSR.PT

APLICAÇÕES

- TSR - CONTABILIDADE ESNL
- TSR - UTENTES IPSS
- TSR - IMOBILIZADO ESNL
- TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA *
MÓDULO DE PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA, MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO
* PROGRAMA CERTIFICADO PELA ACS
- TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- TSR - ORDENADOS
- TSR - UNIDADES DE SAÚDE
UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, FISIOTERAPIA, IMAGIOLOGIA, ETC.
- TSR - PROCESSOS CLÍNICOS (UCC / RNCCI)
- TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

- TSR - STOCKS
POR ECONOMATOS, COZINHAS IPSS.
- TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
TSR - UTENTES, TSR - BANCOS, TSR - ASSOCIADOS, TSR - RENDAS, TSR - CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES.
- TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE, APOIO NA VIDA QUOTIDIANA, MOD. REGISTO PRESENÇAS TABLETS
- TSR - VIATURAS
- TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA
- TSR - GESTÃO COMERCIAL
- TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

GRÁTIS

DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS NAS INSTALAÇÕES DO CLIENTE SEM COMPROMISSO

GRÁTIS

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

GRÁTIS

ASSISTÊNCIA REMOTA NOVO CONCEITO VIA INTERNET

GRÁTIS

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA GRATUITA

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO AS PESSOAS PRECISAM DE SI!

20 ANOS

JUNTO DAS:

- INSTITUIÇÕES PARTICULARES SOLIDARIEDADE SOCIAL
- SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
- ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
TLM: [+351] 939 729 729
FAX: [+351] 253 408 328
EMAIL: TSR@TSR.PT

ESPAÇO T, PORTO

A inclusão pela mão da arte

No ano transato, o Espaço T – Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária assinalou 20 anos de existência, duas décadas de grande crescimento no trabalho da inclusão social através da arte.

“Acima de tudo, tem sido um projeto de uma vida”, começa por dizer Jorge Oliveira, mentor, grande obreiro e presidente da instituição nascida no Porto: “Quando em 1993 tive a ideia era uma ideia pequenina, o sonho de transformar um espaço para fazer terapia através da arte com alguns utentes que tinha na área da toxicod dependência e outras áreas. A ideia era fazer um espaço totalitário, aberto a toda a gente, como doentes mentais, oncológico, seropositivos, etc. e quando dei por mim... criei um monstro, entre aspas. Com tantas dinâmicas e tantas interações, isto extrapolou aquilo que qualquer pessoa podia imaginar”.

A ideia era criar um “espaço alternativo, congregador de vários grupos e inclusivo” e que Jorge Oliveira pensava ser “uma utopia”. “Havia psiquiatras colegas meus que me diziam que isto nunca funcionaria, que os seropositivos iam contaminar os outros utentes, os toxicod dependentes iam traficar droga, mas 20 anos depois disso nunca aconteceu”, conta o presidente, identificando os verdadeiros obstáculos: “Os grandes problemas da instituição não foram com os utentes diferentes uns dos outros, mas com a realidade do dia-a-dia, ou seja, gerir recursos, gerir dinheiros, gerir pessoas. No entanto, o balanço foi sempre mais positivo do que negativo”.

A atipicidade da resposta que a instituição oferecia criava algumas dúvidas, não apenas nos criadores, mas em todas as entidades com que se relacionava. “Teoricamente queríamos que o Espaço T fosse para toda a gente”, sustenta, explicando que o carácter pioneiro do “espaço muito piloto” que ninguém sabia se iria funcionar.

“Tínhamos quase que andar a pedir aos utentes para virem. Inicialmente eram toxicod dependentes, seropositivos e uma ou outra pessoa com problemas de outras áreas, mas foi-se alargando e a verdade é que as pessoas começaram a aperceber-se, quer os utentes, quer as instituições de referência de outras áreas, que este espaço podia funcionar bem”, recorda Jorge Oliveira.

Em 1998 a instituição já trabalhava com cerca de uma centena de utentes com problemas de diversas áreas, ou seja, conseguiu constituir-se como “um espaço

mesmo plural”.

Para o líder do Espaço T, “não havia qualquer tipo de segregação, positiva ou negativa, as pessoas eram pessoas e não doentes”, afirma, acrescentando: “Para o bem e para o mal sempre foi referência do Espaço T não ter um modelo de referência”.

Isto, segundo Jorge Oliveira, “foi muito bom e o Espaço T cresceu muito por ser um modelo atípico”.

“Foi o sermos diferentes que ajudou o Espaço T a crescer, porque as próprias instituições do Estado achavam piada e gostavam do projecto, a sociedade civil sentia-se bastante identificada com o que fazemos”, pois, ainda segundo o dirigente, “o Espaço T preenche a lacuna entre as necessidades básicas, que muitas instituições da sociedade civil colmatam, e o final máximo que é a felicidade, uma coisa muito mais intangível, mas que nós tentamos tocar nesta associação”.

Não é por acaso que o edifício-sede da instituição é a Casa da Felicidade. E esse toque na felicidade é dado, ou pelo menos tentado, através dos ateliês de artes, da formação e do departamento de emprego.

“Todo o projeto está organizado para que as pessoas, porque estão desocupadas, venham para aqui ocupar tempo. As pessoas vêm para aqui e através dos ateliês de teatro, fotografia, dança, pintura, educação física, Tai-chi, e outros, pois são cerca de 20, escolhem e definem o seu percurso. Ocupar o tempo através da arte, dá aos utentes autoestima e massa crítica. No fundo, motivação para a existência da própria pessoa”, sustenta.

Nesse sentido, e 20 anos depois, o Espaço T não desiste desse objetivo e alarga-o aos bairros sociais do Porto, com o projeto «Palcos para a Inclusão».

“Este projeto leva uma mensagem às pessoas. Mais do que pôr as pessoas a fazer arte é pôr as pessoas a serem utilizadoras desta mensagem. É uma parceria com a Câmara do Porto, em que vamos colocar os nossos sete ateliês de teatro, um de canto e dois de dança a circular pelos bairros da cidade do Porto durante um ano inteiro. Esperamos que depois possa continuar, porque a ideia é um pouco que possamos fazer disto um Espaço T em itinerância”, explica Jorge Oliveira: “A ideia é que todas as semanas um dos grupos vá a um bairro, seja na junta de freguesia, numa escola ou num lar de idosos, com os nossos atores fazer teatro para os públicos que estão nessas instituições e nos



bairros”.

E os ganhos, segundo o mentor do Espaço T, são desde logo evidentes: “Vai

motivar bastante os nossos utentes. Se eles andam contentes porque têm um festival no Rivoli em junho, e é apenas um



dia, atuar todos os meses vai gerar uma energia muito forte. Por outro lado, vai levar uma lufada de ar fresco a estes bairros, alguns já híper-preenchidos por outras instituições, e fazer com que aquelas pessoas possam rever-se nos nossos utentes, levando-os a pensar que talvez possam fazer o mesmo. Sei que não vamos fazer muito pelos bairros, mas podemos ser mais um ponto para a mudança. Naquele dia vamos animar e criar momentos de felicidade, que é o objetivo deste nosso projeto”.

O «Palcos para a Inclusão» foi apresentado à cidade na estação de Metro da Trindade, por seis dezenas de utentes do Espaço T, num momento de comunhão com os portuenses.

“E funcionou em pleno. Os nossos utentes sentiram uma energia enorme e por eles iam logo no dia a seguir novamente. O público ficou muito expectante, pelo que acho que foi muito positivo. Esperamos que seja um grande projeto para a cidade”, defende Jorge Oliveira, que aproveita para apresentar mais dois grandes projetos que a instituição tem para o ano que agora entra e que serão concretizados fruto de dois prémios financeiros com que a instituição foi bafejada em 2014.

“Com o prémio BPI Capacitar, vamos criar nas instalações da Rua do Sol uma galeria de arte, que se chamará Inclusa, que vai ter reflexo numa galeria virtual, em que vamos expor trabalhos de todos os utentes a nível nacional que quiserem. Trabalhos da área artística para serem vendidos. Vamos criar uma plataforma para dar alguma sustentabilidade a pessoas com deficiência através da venda das suas peças de arte. E depois haverá a galeria de arte, que terá 12 exposições, uma por mês, de trabalhos de pessoas com deficiência, para mudar mentalidades e contribuir para a inclusão social”, revela, prosseguindo: “Com o prémio EDP Solidária vamos construir um ginásio social, onde agora está o jardim aqui na Casa da Felicidade, na rua do Vilar. O jardim não vai desaparecer

porque será integrado no ginásio, que será para que todas as pessoas possam frequentar aulas de educação física gratuitamente ou a custo quase zero”.

Jorge Oliveira olha para estes três projetos como três elementos potenciadores de nova dinâmica à ação do Espaço T: “No fundo, estávamos muito centrados em projetos quase anuais, como o festival de teatro ou a edição da revista, tudo coisas muito programadas. Agora, a equipa está a preparar-se para todas as semanas ter movimento, quase como se fôssemos uma casa de artes em constante itinerância”.

Jorge Oliveira acredita que a nova dinâmica da instituição neste ano de 2015 vai dar frutos e ajudá-la a consolidar-se enquanto projeto com futuro. A isto junta-se ainda um subsídio financeiro atribuído pelo Montepio que vai ajudar à sustentabilidade da instituição, depois de, em 2011, ter estado para desaparecer.

“Fruto da crise, financeiramente ficámos muito mal, quase no limite para podermos continuar. Tivemos muitos azares, como o encerramento do Centro de Novas Oportunidades, em que tivemos que despedir 11 pessoas e gastámos quase 100 mil euros em indemnizações, e penalizações em dois cursos. Ou seja, quando fizemos 18 anos aconteceu-nos tudo de mal”, recorda, olhando, no entanto, com positivismo para a situação: “Se calhar, foi um teste à nossa existência, que ainda não ultrapassámos por completo. Apesar desta dinâmica toda, ainda continuamos com esse passado que, de alguma maneira, destruiu este sonho de 20 anos. Infelizmente, o dinheiro comanda muito e, aos 18 anos, de um dia para o outro apercebemo-nos que tudo o que tínhamos conseguido não era nada. Mas tivemos a garra, nós, os utentes e as instituições, de dizer que não podíamos fechar as portas. E, na verdade, estes três anos têm sido um teste à nossa capacidade de criação, de nos reinventarmos e de encontrar o nosso lugar num mundo onde também existe concorrência.



Teoricamente, ajudar os outros devia ser fácil, mas não é... E quando fizemos 18 anos vimos que tínhamos que sofrer muito para poder continuar a ajudar”.

E se naquela altura 30 funcionários mantinham o Espaço T em movimento, hoje são apenas 15, a que se juntam cerca de 20 voluntários e ainda três dezenas de formadores, ocupando entre 400 e 500 utentes.

Para contornar os obstáculos que quase ditaram a morte do Espaço T, houve um plano de reestruturação, mecanismos de controlo financeiro e até a criação de um mercado.

“De dois em dois meses fazemos o Mercado do Vilar aqui na Casa da Felicidade, que deixa de ser o que é normalmente e se transforma numa casa de venda de produtos oferecidos por empresas. Sapatos, roupas, comida, joias, peças utilitárias para o lar, tudo novo, portanto, produtos de primeira linha, e que são vendidos a quem nos procura. Tem tido um sucesso enorme, o bairro de Vilar invade a casa, a cidade já começa a procurar o mercado e todos os dois meses fazemos com este Mercado cerca de três mil euros. Não sei porquê, mas bate sempre nos três mil euros”, exclama Jorge Oliveira, que anuncia a próxima edição para o primeiro fim-de-semana de março, “porque fevereiro é um mês pequeno”.

Duas décadas volvidas sobre a criação do Espaço T, o seu mentor e líder considera que a grande conquista é a instituição ter conseguido “pôr as pessoas a pensar de outra maneira”.

Desde a criação que o Espaço T tem dois grandes objetivos: o da integração de pessoas, através de ateliês, formação e emprego; e promover uma mudança social.

“Não vamos ser nós que vamos mudar o mundo, mas todas as instituições têm que ter esse papel de dar um pequeno contributo. E nós fazemo-lo através da cultura do Espaço T”, argumenta Jorge Oliveira.

Ao longo destas duas décadas, o Espaço T criou uma filial na Trofa, “porque era importante ver se o modelo funcionava noutro sítio, e funciona, pois os utentes aparecem e sentem-se bem”, enquanto no Porto cresceu fisicamente: na Casa da Felicidade funcionam os ateliês e a parte do emprego; na Rua do Sol está a formação e a capacitação profissional e no Bairro do Cerco concretiza um projeto, no âmbito do Programa Escolha, com o mesmo objetivo de através da arte contribuir para a mudança de comportamentos, onde criou também uma escolinha de râguebi... com grande sucesso!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

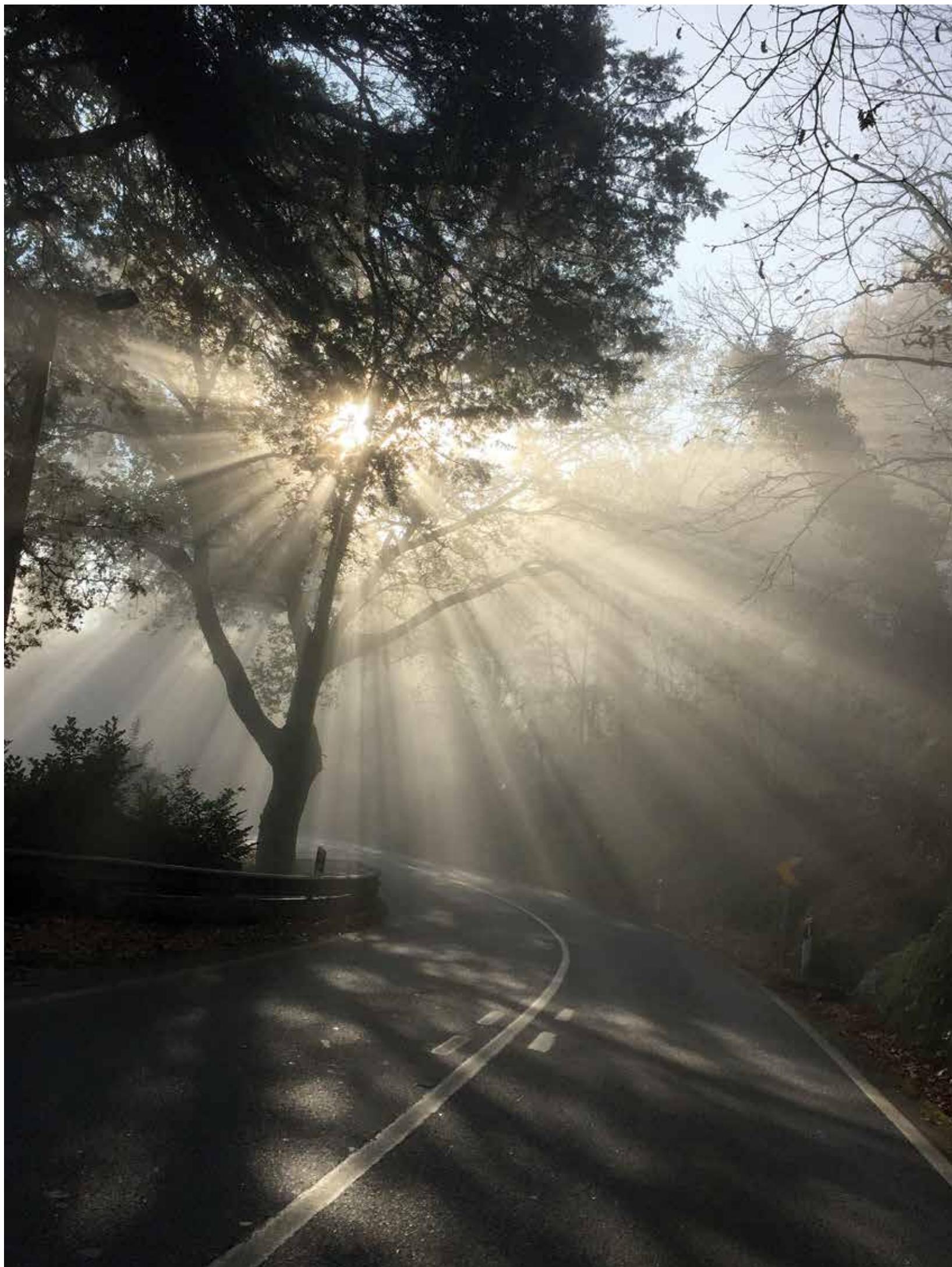
A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





Faça-se luz! Bom 2015.

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

EMIGRAÇÃO

Portugueses no Luxemburgo à beira do abismo da pobreza

Os trabalhadores portugueses no Luxemburgo são os mais expostos ao risco de cair na miséria, com quase um quarto a ganhar menos que o limiar de pobreza, segundo o último relatório “Coesão Social e Emprego”, do Statoc.

De acordo com o instituto de estatísticas do Luxemburgo, no ano passado 22,1% dos trabalhadores portugueses viviam com menos de 1.665 euros por mês, considerado o limiar da pobreza, num país em que as rendas podem ultrapassar os mil euros.

A taxa de risco de pobreza dos portugueses aumentou no último ano (em 2012 era de 20,9%) e é superior ao risco da população em geral (15,9%), representando mais do triplo dos luxemburgueses na mesma situação (6,4%). “Na maioria dos casos, os portugueses trabalham em sectores em que a mão-de-obra não é qualificada, com salários mais baixos, e por isso estão em maior risco de caírem na pobreza”, explicou à Lusa Paul Zahlen, um dos responsáveis do relatório.

Com rendimentos mais baixos, os portugueses têm mais problemas para chegar ao fim do mês: 59% dizem ter dificuldades para fazer face às despesas correntes, contra apenas 19% dos luxemburgueses.

À Cáritas chegam cada vez mais casos de portugueses em dificuldades, cerca de 60 por mês, mas há também emigrantes de origem cabo-verdiana, guineense e de São Tomé empurrados pela crise. “Já vi aqui pessoas a chorar”, contou à Lusa Amílcar Monteiro, agente sócio-educativo no Serviço de Solidariedade e Integração

da organização católica. “As pessoas são resistentes e pensam que a vida vai melhorar, mas sofrem muito, e mesmo assim não querem regressar a Portugal, porque dizem que lá não vêem futuro”.

Daniela e Rogério Santos aceitaram o convite de um amigo para trabalhar no Luxemburgo, mas um ano depois, a família vive na angústia de ficar sem o salário do marido nas empresas de trabalho temporário, que ronda os 1.400 euros por mês e é a única fonte de rendimentos do casal.

Rogério já veio com contrato no sector da restauração, mas depois das férias de Verão, o contrato não foi renovado, e o emigrante português foi obrigado a ir trabalhar para as obras. O casal deixou Valadares, em Vila Nova de Gaia, quando a família deixou de conseguir pagar os tratamentos do filho, uma criança com sete anos que sofre de autismo. “Aos seis anos iam cortar-lhe as ajudas todas. O meu marido estava desempregado, pagávamos 68 euros de terapia da fala e psicóloga por mês, e decidimos emigrar.

Se ficássemos, íamos ter de pagar o custo total dos tratamentos, 180 euros por mês, e se já não conseguíamos pagar 68, imagine 180”, contou Daniela Santos.

A emigrante portuguesa já teve de pedir ajuda a instituições de solidariedade social no Luxemburgo, incluindo roupas para o menor.

O aumento dos casos de pobreza levou mesmo o arcebispo do Luxemburgo a pedir às organizações católicas que intervenham, entregando cabazes de alimentos. “Já entreguei alguns a vários

portugueses. Não eram pessoas com fome, mas estavam a passar momentos difíceis”, contou o técnico social da Cáritas, frisando que o risco de pobreza não afecta apenas os recém-chegados. “Começa a haver problemas também com quem cá está há vários anos, e que até gozavam de uma situação de estabilidade, mas que começam a sofrer com o desemprego ou se vêem em dificuldades porque o marido ficou incapacitado ou porque houve um divórcio”, explicou.

Com salários baixos e contratos precários, basta um membro do casal perder o emprego para a família ficar em risco de pobreza. “O problema é que a renda de casa é muito elevada, cerca de mil a 1.200 euros”, e “há muitas pessoas que só conseguem trabalhar 20 horas por semana, a trabalhar nas limpezas e a ganhar 700

euros por mês”, frisou. Por essa razão, “as pessoas são obrigadas a viver em quartos por cima

dos cafés ou do outro lado da fronteira, onde as rendas são mais baratas, o que depois aumenta os problemas de integração e da educação das crianças”, explicou o técnico social.

Daniela e Rogério Santos estão nessa situação. Depois de um ano a tentarem encontrar casa no Luxemburgo, acabaram a viver em França, a três quilómetros da fronteira luxemburguesa, mas agora não conseguem uma escola adaptada para o filho, o que impede a mãe de trabalhar. “Pedimos para ele frequentar uma escola especial no Luxemburgo, mas até agora não conseguimos autorização, e ele vai duas horas por dia a uma escola normal aqui em França”, contou a mãe.

Foto: D.R.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL